

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	30\$0
Anuncios, por linha	30\$0

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escritorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	30\$0

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

DESPACHOS

2.ª Repartição—1.ª Secção

Atendendo ao merecimento e longos serviços do doutor Thomás de Aquino de Carvalho, do meu conselho, par do reino, lente de prima jubulado da faculdade de mathematica, primeiro astrónomo e director interino do observatorio astronomico da universidade de Coimbra: hei por bem, em conformidade do alvará de 4 de dezembro de 1799, fazer-lhe mercê de o nomear director do mesmo observatorio.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 30 de maio de 1860.—REI.

Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Doutor José Ernesto de Carvalho e Rego—jubulado em lente de prima da faculdade de theologia na universidade de Coimbra.

José Rodrigues de Sequeira, continuo do extinto conselho superior de instrução publica—transferido para identico logar, nos geraes da universidade.

3.ª Repartição

INSTRUÇÃO PRIMARIA

PROFESSORES VITALICIOS

Antonio de Sousa Ferreira Queiroz, nomeado para a cadeira de instrução primaria de Lega de Balio, concelho de Bouças, districto do Porto.

Joaquim Augusto Faria do Carmo, para a villa do Sardoal, districto de Santarem.

Manuel Lopes, para a freguezia de Castello Mendo, concelho do Sabugal, districto da Guarda.

Bento Guedes de Oliveira Leite, para a de S. Felix da Marinha, concelho de Villa Nova de Gaia, districto do Porto.

PROFESSORES TEMPORARIOS

José Caetano Bicho, para a cadeira de ensino primario de Fortos, concelho e districto de Portalegre.

João Lopes Ferro, para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Santa Valha, concelho de Valle Passos, districto de Villa Real.

Manuel Francisco Pereira, para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da villa de Arouca, districto de Aveiro.

José de Faria Ribeiro, para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Fatima, concelho de Ourem, districto de Santarem.

Padre João Honorio Polycarpo de Abreu, para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da Aldeia de Salvada, concelho e districto de Beja.

João Furtado da Silveira, para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Abiul, concelho de Pombal, districto de Leiria.

Victorino Lourenço Pereira, para a cadeira de Palmá, concelho de Alvaizere, districto de Leiria.

APOSENTADA

Aposentada Maria Candida Moreira, mestra de meninas da cidade de Lamego.

Pela direcção geral de instrução publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 7 do corrente mez, perante os governadores civis dos districtos de Castello Branco e de Faro, as cadeiras de instrução primaria (1.º grau) de Proença a Velha, no districto de Castello Branco; e da freguezia da Conceição, no de Faro; e perante os respectivos commissarios dos estudos as cadeiras de igual disciplina e grau, do Valle de Salgueiro, no districto de Bragança; freguezia de Antusede e Oliveirinha, no de Coimbra; freguezia de Benedicta e villa de Porto de Moç, no de Leiria; Bucellas e S. Mamede da Ventosa, no de Lisboa; sítio do Casal e Valle de Figueira, no de Santarem; Coito de Sanfins, no de Viança; Aguias Frias, S. Pedro de Serva e Villar de Maçada, no de Villa Real; Carregal, Eryedosa, Lumiares, S. João de Tarouca, Santa Maria de Alcafrã e Soutello, no de Vizeu; cada uma com o ordenado annua de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipais respectivas; tendo, alem d'isso, as de Antusede e de sítio do Casal casa e mobilia, a primeira pelo conselheiro Antonio Luiz de Sousa Henriques Seco, e a ultima pela junta de parochia respectiva.

Os que pretenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parcho, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde proveem que não padecem molestia contagiosa; todo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 2 de junho de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES

Sendo necessario estabelecer o modo por que se deve fazer a restituição dos direitos, de que trata a carta de lei de 23 de julho de 1850, pelo arroz descascado no paiz, com o fim de ser reexportado: hei por bem, tendo ouvido a commissão das pautas, determinar que se observe o regulamento junto, que faz parte d'este decreto, e baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 23 de maio de 1860.—REI.—José Maria do Casal Ribeiro.

Regulamento para execução da carta de lei de 23 de julho de 1850, a que se refere o decreto d'esta data, e que d'elle faz parte

Artigo 1.º A restituição dos direitos que se hou-

ver de fazer pelo arroz de produção estrangeira, ou das possessões portuguezas, importado debaixo de qualquer bandeira, todo em casca, ou misturado, parte em casca, e parte sem ella, e que depois de descascado no paiz for depositado nas alfandegas grande de Lisboa e do Porto, a fim de ser reexportado para portos estrangeiros, assim como para os nacionaes de que tratam a lei de 27 de maio de 1843, e o decreto de 2 de maio de 1844, será realisada pela forma seguinte:

§ 1.º Por cada peso de sessenta arrateis de arroz descascado, que for depositado nas alfandegas, de que trata este artigo, e tiver sido importado todo em casca, se restituirão os direitos e impostos correspondentes a cem arrateis de arroz com casca.

§ 2.º Por cada peso de oitenta arrateis de arroz

descascado, que for igualmente depositado nas mesmas alfandegas, e tiver sido importado parte em casca, e parte descascado, serão restituídos os direitos e impostos correspondentes a cem arrateis com casca.

Art. 2.º Na restituição dos referidos direitos não se comprehendem os 3 por cento, calculados sobre os que se cobram nas alfandegas a titulo de emolumentos.

Art. 3.º Para se gosar do beneficio da restituição dos direitos, a que allude o artigo 1.º, fará o despachante, no acto do despacho, a declaração de que pretende fazer descascar o arroz assim importado, e que se obriga a apresentá-lo descascado nos armazens da alfandega, no prazo de quatro mezes.

§ unico. Nos bilhetes do despacho se declarará

alem da quantidade do arroz, se o mesmo é todo em casca, ou misturado com uma parte descascado, e outra em casca.

Art. 4.º O modo pratico de se effectuarem as restituições, de que trata o presente regulamento, será o mesmo que se acha determinado para os tabacos, e para o assucar.

Art. 5.º Nas alfandegas grande de Lisboa e do Porto se fará a competente escripturação, em resumo, dos despachos do arroz de que se trata, nos termos, e com as declarações exigidas no artigo 3.º, mencionando-se o numero de arrateis de arroz com casca, ou de mistura, que se tiver despachado, as datas dos despachos, a importancia dos direitos correspondentes, assim como as quantidades do mesmo artigo que se depositarem nas referidas alfandegas já descascado para reexportação, e a importancia dos direitos que tiver sido restituído.

Art. 6.º Em todos os semestres darão aquellas casas fiscaes uma conta, pela direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, do resultado que offerecer a mencionada escripturação, fazendo-se menção da qualidade e quantidade do arroz despachado, da importancia dos direitos restituídos, assim como das annullações que se realisarem durante esse periodo.

Art. 7.º O arroz que for depositado nas alfandegas acima referidas, nos termos d'este regulamento, com o fim de ser reexportado, fica considerado para todos os effectos como os productos estrangeiros.

Paço, em 23 de maio de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro.

Receita cobrada na alfandega grande de Lisboa, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA	1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (a)	
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
Maio	de importação.....	1712\$870	163113\$955	1142\$278	160677\$707	1387\$818	160688\$530
	das possessões.....	127\$770	517\$870	32\$720	492\$171	1408\$511	492\$171
	de exportação.....	2032\$074	1804\$019	1409\$346	1566\$217	1409\$346	1566\$217
	de reexportação.....	1258\$075	1258\$075	1729\$069	189\$643\$551	597\$638	178\$694\$165
	de reexportação.....	562\$660	1559\$347	220\$439	985\$637	471\$175	87\$394
	de reexportação.....	1272\$650	3059\$700	921\$240	2062\$060	1512\$159	5146\$509
	de reexportação.....	5290\$110	1439\$751	4394\$552	222\$270	2018\$688	134\$052
	de reexportação.....	2281\$436	924\$083	2212\$087	55\$020	98\$393	48\$178
	de reexportação.....	31\$471	4598\$714	117\$405	3618\$576	163\$709	363\$274
	de reexportação.....	466\$336	524\$217	939\$452	264\$266	1944\$205	1944\$205
	de reexportação.....	371\$171	24\$400\$576	22\$873\$084	216\$135\$211	201\$330\$930	201\$330\$930
	de reexportação.....	371\$171	290\$878\$741	216\$135\$211			

Receita cobrada na alfandega do Porto, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA	1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (b)	
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
Maio	de importação.....	119\$532\$290	243\$910	119\$097\$805	103\$154\$714	37\$3055	103\$154\$714
	das possessões.....	522\$085	5564\$855	290\$415	7129\$718	814\$239	293\$978
	de exportação.....	2197\$891	467\$724	1588\$086	1235\$253	436\$238	174\$249
	de reexportação.....	43\$305	389\$685	479\$540	515\$348	174\$249	515\$348
	de reexportação.....	2594\$685	240\$225	2392\$355	2379\$496	2379\$496	2379\$496
	de reexportação.....	368\$700	1639\$300	652\$500	1240\$011	1240\$011	1240\$011
	de reexportação.....	2263\$360	2451\$305	414\$392	547\$722	487\$392	547\$722
	de reexportação.....	16\$000	1703\$300	721\$300	251\$344	174\$249	251\$344
	de reexportação.....	4126\$760	20\$600	4065\$070	740\$679	1077\$216	3584\$170
	de reexportação.....	20\$600	667\$275	112\$437	10\$493	667\$275	112\$437
	de reexportação.....	1705\$628	52\$890	1859\$851	1584\$076	42\$592	32\$874
	de reexportação.....	59\$425	82\$163	89\$305	192\$331	42\$592	89\$305

Receita cobrada na alfandega municipal de Lisboa, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA	1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (c)	
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
Maio	de importação.....	27\$037\$363	17\$994\$727	23\$260\$947	25\$450\$469	12409\$229	1424\$065
	das possessões.....	806\$961	16764\$586	568\$101	13322\$708	834\$965	181\$395
	de exportação.....	260\$636	2897\$261	54\$390	2178\$323	2178\$323	2178\$323
	de reexportação.....	167\$017	1934\$665	156\$118	1569\$063	1569\$063	1569\$063
	de reexportação.....	4105\$588	218\$447	3613\$445	4216\$822	4216\$822	4216\$822
	de reexportação.....	218\$447	48\$000	270\$749	181\$395	181\$395	181\$395
	de reexportação.....	124\$825	2861\$065	97\$023	116\$492	97\$023	116\$492
	de reexportação.....	8\$954	32\$365	16\$972	2398\$262	2398\$262	2398\$262
	de reexportação.....	5\$418	7\$505\$840	39\$720	21\$822	73\$119	73\$119
	de reexportação.....	7\$505\$840	82\$778\$718	6\$368\$057	5\$694\$922	5\$694\$922	5\$694\$922
	de reexportação.....	82\$778\$718		70\$296\$876	69\$703\$052	69\$703\$052	69\$703\$052
	de reexportação.....						

(a b c) As sommas a que se referem estas annotações são a duodecima parte das quantias orçadas para o anno de que se trata.

Direcção geral da contabilidade, em 4 de junho de 1860.—José Bernardo da Rosa.

4.º ANUNCIO

Por participação do sub-director da alfandega de Peniche, consta que no dia 28 de fevereiro ultimo vará na praça do sul d'aquella villa a polaca hespanhola *Marianita*, capitão D. Martinho Francisco Alves, procedente de Malaga, carregada de vinho, azeite, sabão e esparto, com destino para Villa Garcia, tendo-se salvado a tripulação. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de junho de 1860.—Nuno José Gonçalves.

4.º ANUNCIO

Por participação do director da alfandega do Funchal, consta que a barca ingleza, *Isle of Skie*, capitão John Richard Phelan, procedente de Liverpool, com carga de carvão de pedra, e alguns cascos de cerveja, destinada para Buenos Ayres, tendo aberto agua no dia 20 de fevereiro ultimo, na latitude de 36º N., e longitude 17º O., fora abandonada pelo referido capitão e tripulação, salvando-se em um lanchão do mesmo navio, e chegando ao porto do Funchal no dia 23 do dito mez;

4.º ANUNCIO

havendo o sobredito director da alfandega mandado arrematar os salvados, entregando o seu liquido producto ao respectivo consul britannico. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de junho de 1860.—Nuno José Gonçalves.

4.º ANUNCIO

Por participação do director interino do circulo das alfandegas do Algarve, consta ter o brigue barca noruegues *Suedois* conduzido para o porto de Faro a tripulação da galera franceza *Louisiane*, capitão J. de Beauséjour, que tendo saído de Bordeaux carregada de carvão de pedra, vinho e aguardente, com destino para Saigou, na China, fora a pique ao travez de Lisboa, no decimo quinto dia da sua viagem. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de junho de 1860.—Nuno José Gonçalves.

4.º ANUNCIO

Por participação do conselheiro director da alfandega grande de Lisboa, consta terem ali desembarcado no dia 19 de março ultimo, o capitão A. W. Lavander, sua mulher, e mais treze pessoas da tripulação da galera americana *Lady Suffolk*, procedente de Liverpool, carregada de carvão e sal, com destino para Calcutá, os quaes haviam sido conduzidos a Cascaes pelo brigue inglez *Sapho*, que a encontrara em perigo, a trezentas milhas ao mar, havendo o brigue *Meersabout* igualmente tomado outros quinze individuos da dita galera. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de junho de 1860.—Nuno José Gonçalves.

4.º ANUNCIO

Por participação do director interino do circulo das alfandegas do Algarve, consta que na noite de 16 de março ultimo, na altura do cabo de Santa Maria, fôra a pique o bergantim prussiano *Quick*, capitão C. R. Knaft, procedente de Middelburg, carga-

do de cook e ferro; tendo-se salvado o dito capitão e mais tripulação, com algumas bagagens e pequenos objectos, em duas lanchas, que deram entrada no porto de Faro. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de junho de 1860.—Nuno José Gonçalves.

4.º ANUNCIO

Por participação do director da alfandega de Setubal, consta que, na noite de 24 de março ultimo, vará, no sítio do Penedo, ao norte do Cabo do Espichel, a barca franceza *Jean Jacques Despaux*, capitão S. Justin, procedente de Certe, com carga de vinho e aguardente, para Rotterdam, tendo-se salvado a tripulação, bem como o velame e parte da carga. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de junho de 1860.—Nuno José Gonçalves.

Lisboa, 1.º de junho de 1860. — Mello e Carvalho — Visconde de Fornos — Ferrão — Grade — Aguiar (venido). — Fui presente, Sousa Azevedo. Está conforme. Secretário do supremo tribunal de justiça, 6 de junho de 1860. — O secretário, José Maria Cardoso Castello Branco.

EDITAL

O doutor Pedro José da Silva Leitão, administrador do bairro de Alcantara de Lisboa por Sua Magestade El-Rei, a quem Deus guarde etc.

Faço saber que, em conformidade do que dispõe o artigo 93.º do regulamento de 9 de novembro de 1853, não de estar patentes na casa da administração, sita na travessa da Esperança n.º 25, por espaço de vinte dias successivos a contar do dia 1.º até 20 do futuro mez de junho, desde as dez horas da manhã até às tres da tarde, os mapas da repartição do contingente da contribuição predial, que foi designado a este bairro pelo corrente anno de 1860, bem como as matrizes predias, para serem examinadas pelos contribuintes; que durante o mesmo prazo serão recebidas todas as reclamações, que forem apresentadas por escripto nos termos do artigo 97.º do dito regulamento, as quaes podem ser feitas pelos proprios collectados, ou por outras pessoas; que as reclamações podem versar sobre os objectos designados no artigo 96.º; e que tendo os collectados direito a uma annullação das verbas da contribuição, quer tenham de reduzir-se ou por terem ficado os predios no todo ou em parte devolutos, quer haja de eliminar-se ou diminuir-se o respectivo rendimento collectavel, torna-se necessario, para tal annullação se effectuar nos termos dos artigos 105.º a 109.º, que a reclamação seja feita no referido prazo de vinte dias. As reclamações, que forem apresentadas dentro do mencionado prazo, não de ser decididas pela junta dos repartidores nos dias seguintes, a saber:

As respectivas a freguezia de Santa Isabel no dia 2 de julho.

As respectivas ás freguezias de S. Paulo e Santa Catharina no dia 2 de julho.

As respectivas a freguezia de Santos o Velho no dia 3 do mesmo mez.

E as respectivas ás freguezias da Lapa e S. Pedro em Alcantara inter-muros no dia 3 do mesmo mez.

No dia 10 de julho serão entregues aos interessados as reclamações, que forem julgadas improcedentes, ou não attendidas, e n'esse dia começará a correr o prazo de cinco dias, que findará no dia 15 de julho, dentro do qual os reclamantes podem apresentar n'esta administração os recursos, que houverem de interpor para o conselho de districto, conforme o previsto no artigo 101.º do regulamento.

E para constar se publica e affixa o presente. Lisboa, 29 de maio de 1860. — O administrador, Pedro José da Silva Leitão.

LYCEU NACIONAL DE LISBOA

O conselho do lyceu nacional de Lisboa manda annunciar que os requerimentos dos alumnos estranhos ao lyceu, que pretendam n'elle ser examinados no proximo mez de julho, se recebem desde já na caixa da secretaria do mesmo lyceu, provisoriamente estabelecida no edificio do largo do Poço Novo, com entrada pela rua dos Poyes de S. Bento n.º 7; e que para regularidade d'este serviço tem resolvido que, passado o dia 16 do corrente mez, não seja attendido requerimento algum para o indicado fim, reservando-se o conselho a apreciar a justificação de alguma causa, com que posteriormente se pretenda mostrar a impossibilidade de ter requerido por si ou por outrem no mencionado prazo.

Os examinandos, ou quem os represente, deverão n'um só requerimento declarar todos os exames que pretendem fazer na indicada epocha, ainda mesmo os que hajam de depender do exito de outros, a que tenham de ser previamente admittidos; e no dia immediato á entrada do requerimento comparecerão na dita secretaria, não só para se informarem do despacho que tiverem obtido, mas também para procederem aos mais actos preparatorios que a lei determina, entendendo-se terem desistido da pretensão os que assim não tiverem praticado até o dia 18 do corrente mez, passado o qual dia se tratará de organizar as pautas dos examinandos, nas quaes serão sómente incluídos os que tiverem satisfeito a todas estas prescripções legais.

Todos os requerimentos serão escriptos em papel com o sello da lei, e devem conter o nome, filiação, patria, idade, e actual residencia do examinando.

Secretaria do lyceu nacional de Lisboa, 1 de junho de 1860. — José Maria da Silveira Almendo, secretario.

GOVERNO CIVIL DE LISBOA

Em cumprimento de ordens emanadas do ministerio das obras publicas, commercio e industria, se faz publico por este governo civil, que tendo requerido Joseph Griffiths patente de introdução pelo espaço de cinco annos para uma machina em ponto pequeno, do mesmo teor do da camera obscura, para servir em tirar retratos e vistas photographicas em ponto muito grande, se põe a concurso esta patente nos termos do artigo 23.º do decreto de 31 de dezembro de 1852; convidando-se assim todas as pessoas a quem a mesma possa convir por menor prazo de tempo, para apresentarem as suas propostas n'esta repartição dentro de trinta dias, contados da data do *Diário de Lisboa* em que este annuncio for pela primeira vez inserto.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo estabelecimento manda fazer publico que sendo muito prejudicial aos enfermos que ali existem a permissão de receberem visitas de todas as pessoas que os procuram, nos dois dias para isso designados, domingos e quintas-feiras, porque, concorrendo um grande numero de individuos, não pôde guardar-se o silencio que deve reinar nas enfermarias, aonde, ou mais ou menos, ha doentes com padecimentos graves; nem manter-se a ordem e regularidade que a outros respeitoes também assim se perturbam; resolveu, para evitar os inconvenientes que resultam de similhante pratica, permitir a entrada aos visitantes pela forma seguinte:

Nas enfermarias de S. José, Santa Barbara, e Santa Joanna, aos domingos;

Nas de S. Sebastião, S. Carlos, Santa Antonio, e hospital do Desterro, ás segundas-feiras;

Nas de S. Roque, Santa Catharina, e invalidos, ás terças;

Nas de S. Miguel, Santa Amaro, Santa Margarida, e hospital de S. Lazaro, ás quartas;

Nas de Santo Onofre, e Santa Quiteria, ás quintas;

Nas de S. Francisco, e N. Senhora do Carmo, ás sextas;

Nas de S. João Baptista, Santa Anna, e Santa Maria Magdalena no hospicio de Rilhafoles, aos sabados.

A entrada e saída continua a ser ás horas do costume.

Contador do hospital de S. José, em 31 de maio de 1860. — O official maior, Manuel Cesar de Araújo e Silva.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa ha de dar de arrendamento em hasta publica no dia 11 do corrente mez, pela uma hora da tarde, o logar n.º 51 no mercado do campo das Cebolas; a loja na rua dos Bacalhóes n.º 89 e 90; os logares n.º 11, 12 e 13 no mercado do Azeite; o armazem na rua da Ribeira Velha, que pertenceu á alfandega municipal, onde se despachava a fructa; e cinco logares no mercado da Ribeira Nova n.º 8, 21, 22, 25 e 40; o que tudo se acha com escriptos. As pessoas a quem convier algum dos citados arrendamentos deverão comparecer nos paços do concelho no referido dia e hora, a fim de se levar a effecto com as solemnidades legais e do estylo.

Camara, em 5 de junho de 1860. — O escripto da camara, Nuno de Sá Pamplona.

PRIMEIRA DIVISÃO MILITAR

S. ex.ª o sr. tenente general conde de Santa Maria, commandante da divisão, em consequencia das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda annunciar por este meio que no dia 21 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, estará em praça n'este quartel general, na rua de S. José, o fornecimento de rações de pão para a tropa estacionada no districto d'esta divisão militar, e das forragens para os cavallos e muareos do regimento de artilheria e cavallaria, desde o 1.º de julho até 30 de setembro do corrente anno, com as condições prescriptas no artigo 44.º do regulamento da fazenda militar, de 18 de setembro de 1844, e na conformidade da portaria de 25 de maio de 1859, publicada no *Diário do Governo* de 27 do dito mez.

Quartel general da 1.ª divisão militar, em 5 de junho de 1860. — Francisco da Cunha e Menezes, major addido.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá, a 7 do corrente, para Loanda, o vapor *Africa*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ao referido dia, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 5 de junho de 1860. — O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 26 DE MAIO

PRESIDENTE O EX.º SR. VISCONDE DE LORIM

VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello)

(Assistia o sr. presidente do conselho.)

As tres horas da tarde, reunido numero legal, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da precedente, que, na forma do regimento, se julgou approvada, por não haver reclamação em contrario.

Não houve correspondencia.

O sr. secretario Conde de Mello:—devo declarar que o digno par o sr. visconde de Alghés me encarregou de participar á camara que continua a estar incommodado, e muito mais fortemente agora do que no principio da sua enfermidade; e por este motivo não poderá, por em quanto, assistir ás sessões d'esta camara.

O sr. Visconde de Gouveia:—sr. presidente, eu ouvi as informações e vi o relatório, bem elaborado, que a mesa apresentou, relativo á demora que tem havido na publicação das sessões; de que conclui, em vista dos seus diversos considerandos, que o melhor seria publicarem-se as sessões n'um *Diário da Camara*, para este mesmo fim creado, como acontece na camara dos srs. deputados, e independentemente d'esta publicação, fazer-se uma outra no *Diário de Lisboa*, a qual seja um extracto da sessão. Parece-me que a camara não pôde continuar n'esta marcha irregular, que não deve servir de aresto para a publicação das sessões. Embora appareçam no *Diário de Lisboa* as sessões, publicadas com intervallo de tres dias, ou mesmo de dois, ha de acontecer o mesmo, porque no dia seguinte ao da sessão apparecem nos jornaes os extractos mais ou menos adulterados, e quem lê esses extractos não lê de ordinario aquelles que vem no *Diário*; de modo que o paiz fôrma sempre uma idéa incompleta do que se passa n'esta camara.

O remedio para tudo isto é, a meu ver, o publicarem-se os discursos que n'esta casa forem pronunciados, no dia immediato aquelle em que houve sessão.

Só assim elles poderão ser avaliados pelo publico, pois no *Diário* de certo pouca gente os lerá se não for assim; demais o *Diário* reduzido a collecção é difficil de manipular; e mais difficil procurar as sessões, os projectos de lei, e os mais documentos parlamentares, no meio dos variados assumptos de que se occupa aquella folha.

Parece-me pois, sr. presidente, que não devemos ter duvida alguma em seguir o systema usado na camara dos srs. deputados, isto é, de se publicarem as sessões no dia seguinte em extracto no *Diário de Lisboa*, e dahi a algum tempo na integra no *Diário das Cortes*, creado para este effeito.

Vou, pois, mandar para a mesa uma proposta, que me parece está em harmonia com os desejos da camara.

(Leu.)

Parece-me que, por este modo, ficam remediados todos os inconvenientes que ha na publicação das sessões, e os oradores que quizerem ver bem exactos os seus discursos podem fazer os extractos dentro de uma hora depois de fechada a sessão.

Mando portanto esta proposta para a mesa, e peço desde já a sua urgencia.

Leu-se, e é do teor seguinte:

O sr. Visconde de Gouveia:—a proposta de lei será publicada na sua integra em folhas separadas do *Diário de Lisboa* pela mesma forma estabelecida para o *Diário das Cortes* na camara dos srs. deputados.

Art. 2.º Além d'aquella publicação será inserido no *Diário de Lisboa* o extracto de cada sessão.

§ 1.º Este extracto será publicado no dia immediato seguinte a cada sessão.

§ 2.º É permitido aos dignos pares apresentarem por escripto os extractos dos seus discursos, até uma hora depois de fechada a sessão.

Em 26 de maio de 1860. — Visconde de Gouveia.

O sr. Presidente:—v. ex.ª pede a urgencia da sua proposta, e eu não posso deixar de dizer que este negocio não pôde ser tratado assim de repente, porque depende da secretaria, dos tachygraphos d'esta casa e de muitas outras cousas...

O sr. Visconde de Gouveia:—eu peço perdão a v. ex.ª; quando eu fiz esta proposta, fallei com algumas pessoas da secretaria e foi em virtude d'esta conferencia que a fiz. Esta materia já por muitas vezes aqui tem sido apresentada, e já é, por este facto, e pelo relatório a que me referi ha pouco, bem conhecida

por todos os dignos pares. E por isso julgo que não haverá duvida alguma em se julgar urgente, e discutir-se quanto antes.

O sr. secretario Conde de Mello:—se o digno par não tivesse difficuldade (o que me parece que vae de accordo com os desejos de v. ex.ª) em esperar que o seu requerimento ficasse para segunda leitura, seria muito melhor, para se poderem consultar os tachygraphos d'esta casa, que ainda o não foram; só a secretaria foi ouvida, para se saber o que entre ella se passa e a imprensa nacional. Parece-me pois que seria melhor demorar-se este negocio na mesa dois dias, para a secretaria tachygraphica ser consultada.

O sr. Visconde de Gouveia:—sr. presidente, eu não tenho duvida alguma em que seja consultado o corpo tachygraphico, o que me parece é que elle deveria ser consultado, o mais breve possivel, visto que este negocio é tão urgente.

O sr. Presidente:—o digno par não pôde deixar de ter benevolencia com o que acaba de ser proposto pela mesa, visto que elle diz que necessita tempo para fazer esta consulta.

O sr. Visconde de Gouveia:—eu o que peço a v. ex.ª é que tome este negocio na devida consideração; elle já tem sido apresentado muitas vezes n'esta casa, e eu não cessarei de instar um só instante para que elle seja decidido. Espero que no primeiro dia de sessão se possa tratar já d'elle.

O sr. Marquez de Niza:—pois que está presente o sr. presidente do conselho de ministros, dirige a s. ex.ª uma pergunta, a que espera que, na falta do sr. ministro da justiça, tenha a bondade de satisfazer.

Quando elle, orador, propoz n'esta camara a abolição das corridas de touros, foi o proprio sr. presidente do conselho que declarou, em nome do governo, não haver antipathia contra este projecto, estando prompto a aplanar as difficuldades acerca das indemnisações aos estabelecimentos pios. O referido projecto de lei, depois de approvado pelos dignos pares, passou á outra camara, e não houve mais noticias d'elle, e apenas indirectamente lhe constou a elle, orador, que está affecto á commissão, e condemnado a morrer n'ella abafado. O orador deseja que não succeda assim; mas a morrer preferia que fosse com as honras da discussão. Se se tivesse já approvado, haver-se-ia poupado mais uma victima, qual a que houve na quarta-feira antecedente em que um homem foi atropellado no Campo Grande por uma carruagem, cujos cavallos vinham espantados pelos touros, ficando o desgraçado com a cabeça separada do tronco.

Pede pois a s. ex.ª que tenha a bondade de promover, pelos meios ao alcance do governo, o andamento d'aquelle projecto.

O sr. Presidente do conselho (Aguiar):—a que o governo se comprometter foi, a ver a maneira de preencher a falta de rendimento que a casa pia experimentasse em consequencia de se converter aquelle projecto em lei. O governo porém entendeu, que a casa pia não tinha direito de exigir indemnisação alguma por esta diminuição dos seus rendimentos; entretanto como elle é obrigado a sustentar os diferentes estabelecimentos pios, se considerava obrigado, pelos meios que estão ao seu alcance, a supprir esta falta, e quando os não tinha, apresentar ás cortes um projecto a fim de o conseguir.

O projecto que diz respeito aos touros não teve a sua iniciativa no governo, mas o digno par sabe perfeitamente a opinião d'elle a este respeito (*apoiado*). Portanto não ha duvida nenhuma em fazermos o que podemos para dar andamento ao projecto. Eu não posso ter uma opinião ou voto fôrta d'esta camara; entretanto farei quanto em mim couber para a discussão d'elle na outra casa do parlamento.

O sr. Marquez de Niza:—agradeço a benevolencia da resposta, e conta com a lealdade manifestada por s. ex.ª

ORDEN DO DIA

DISCUSSÃO DO SEGUNTO PARLAMENTO (N.º 17).

As commissões reunidas de fazenda e obras publicas examinaram o projecto de lei n.º 19, vindo da camara dos senhores deputados, o qual tem por fim approvar, na parte que depende da sancção legislativa, o contrato para a construcção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja.

As commissões, convencidas da necessidade e grande conveniencia de se prolongar o caminho de ferro do sul até aos indicados pontos, a fim de fazer participar dos beneficios de uma viação facil e prompta os districtos da provincia do Alentejo que abastecem a capital de cereaes, de gados e outros generos, e de alimentar talvez um importante commercio de exportação dos mesmos generos; e considerando também que os referidos districtos de Evora e de Beja offerecem para a construcção d'esta linha ferrea um valioso subsidio, que attenua algum tanto o encargo que o thesouro terá a supportar; são de parecer que o referido projecto deve ser approvado por esta camara para ser submettido á sancção real.

Sala das commissões, 18 de maio de 1860. — Visconde de Castro — Visconde de Castellan (com declarações) — José Feliciano da Silva Costa — Felicia Pereira de Magalhães — Francisco Simões Marjochi (com declarações) — Thomaz de Aquino de Carvalho — Visconde de Athoquia — Joaquim Larcher — Conde de Arrochella.

PROJECTO DE LEI N.º 19

Artigo 1.º É approvado, na parte que depende de sancção legislativa, o contracto celebrado em 3 de janeiro de 1860 entre o governo e John Sutherland Valentine, como representante de Charles Edward Mangles, John Chapman, Robert Russell Notman e George Cernard Townsend, para a construcção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, e o seu artigo adicional, o qual contracto e artigo adicional vão juntos á presente lei e d'elle fazem parte.

§ unico. O governo poderá substituir a subvencção de que trata o artigo 27.º do mencionado contracto por uma garantia de minimo de juro que não deverá exceder a 7 por cento, sobre uma quantia calculada a razão de 24.000\$000 réis por kilometro.

Art. 2.º Se por qualquer dos meios estabelecidos no artigo antecedente não poder effectuar-se a construcção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, é permitido ao governo mandar proceder á construcção do referido caminho por conta do estado.

Art. 3.º É o governo autorisado a fazer crear e emitir pela junta do credito publico os titulos de divida fundada interna ou externa que forem necessarios para o pagamento dos encargos resultantes do contracto approvado pelo artigo 1.º, ou para satisfazer ás despesas da construcção quando o caminho seja feito pelo modo indicado no artigo 2.º

§ 1.º A proporção que forem emitidos os titulos o governo dotará a junta do credito publico com as assignações correspondentes aos seus juros.

§ 2.º O governo realisará pelos meios mais convenientes as sommas que forem necessarias para a applicação determinada n'este artigo, com tanto que o encargo annual das operações não exceda a 1/2 por cento sobre o juro real que corresponde aos titulos, segundo o preço que tiverem no mercado nas epochas em que as mesmas operações forem effectuadas.

Art. 4.º O governo dará conta ás cortes, em cada sessão legislativa, do estado da construcção da linha ferrea, do modo como o contracto tiver sido exe-

cutado e do uso que houver feito das autorisações concedidas pela presente lei.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario. Palacio das cortes, em 9 de maio de 1860. — Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente — Joaquim Gonçalves Mamede, deputado secretario — Luiz Albano de Andrade Moraes, deputado secretario.

Tabella a que se refere o contracto para a construcção dos caminhos de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, approvado pela lei d'esta data.

COMBOIO EXPRESSO

Por legua de 5 kilometros:

Passageiros de 1.ª classe 180

Ditos de 2.ª classe 120

COMBOIOS ORDINARIOS

Passageiros de 1.ª classe 120

Ditos de 2.ª classe 90

Ditos de 3.ª classe 60

COMBOIOS DE CARGA

Cereaes, farinhas, legumes, sementes, fructas, hortaliças, ovos, bolos de oleo de linhaça, queijos, oleos, sebo e outras materias gordas, mercuro, platina, ferro forjado e fundido (não fabricado), ferro em folhas e em arcos, pregos, bigornas, tornos, correntes, lages, tijolos, telhas, asphalto, tabuado de pinho, aduelas, arcos, 120

Estrumes, adubos agricolas de toda a especie, materias em bruto para construcções, carvão de pedra slak, escorias, pez e alcatrão, cinzas e argilla 80

Cal, pedra de cal e de gesso, minérios, ferro em bruto, carvão de pedra e ardósias 90

Sal, areia, barro cozido 75

Couros, manteiga em barricas ou barris, ferragens, coque, carvão culme, 180

Ferment de cerveja 160

Lupulo, feno e palha, rama de pinheiro e mato, ossos, chifres e unhas, tabaco não fabricado, fazendas manufacturadas 200

Verguinhas de ferro, ferro em lingados e em barra, e todas as outras especies ainda não mencionadas, soda, salitre, vinho, aguardentes e cerveja 100

Assucar, café, drogas, madeiras de tinturaria

Aço fabricado, carvão vegetal, casca de carvão 135

Linho, algodão, lã e seda 140

Linho, algodão, lã e seda manufacturados 240

Tabaco fabricado 300

Peixe fresco transportado com a velocidade de viajantes 500

Madeira apparelhada, por cada 40 pés cubicos 140

Cortiça, por cada 40 pés cubicos 300

Caça, aves domesticas e outra criação em canastras de 8 pés cubicos 100

Cantaria, marmores ou outra qualquer pedra em laminas, por cada 14 pés cubicos 90

Louça, por canastra de 8 pés cubicos 75

Chapéus, sapatos, quinquilharias, por cada 40 pés cubicos 200

Caldeiras, cylindros, peças de machinismo, cujo peso não exceda a 8 toneladas, mas seja superior a 4 500

Carruagens de quatro rodas, não pesando mais de 1 1/2 tonelada 300

Carruagens em duas rodas, pesando 1 tonelada

Por cada 1/4 de tonelada adicional 300

Passageiros em carruagem particular pagarão como os de 2.ª classe.

Prata, ouro, machinas, instrumentos, utensilios, mobilia e objectos analogos, bem como os volumes pequenos isolados, pagarão por ajuste particular; mas os preços ajustados deverão ser os mesmos para todo e qualquer expediente.

N.B. Esta tabella estabelece os preços maximos e deve considerar-se como base, salva uma melhor classificação que se possa fazer.

Palacio das cortes, em 9 de maio de 1860. — Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente — Joaquim Gonçalves Mamede, deputado, secretario — Luiz Albano de Andrade Moraes, deputado, secretario.

Não havendo quem pedisse a palavra foi approvado na generalidade, especialidade, e a mesma redacção.

O sr. secretario Conde de Mello:—os dignos pares que devem apresentar a Sua Magestade as leis que têm sido approvadas por esta camara serão os seguintes:

O ex.º sr. vice-presidente, vice-secretario D. Pedro Pimentel Brito do Rio, e os dignos pares João da Silva Carvalho, Joaquim Larcher, José Feliciano da Silva Costa, José Maria Eugénio de Almeida, e Julio Gomes da Silva Sanches.

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguiar):—eu devo declarar que Sua Magestade receberá a deputação para apresentar os diferentes projectos que têm sido approvados por esta camara na segunda-feira proxima.

O sr. Presidente:—não ha mais nada sobre a mesa para se discutir; portanto, teremos sessão na quarta-feira (30 do corrente), sendo a ordem do dia apresentação de pareceres. Está fechada a sessão. — Eram tres horas e tres quartos da tarde.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 26 de maio de 1860.

O sr. visconde de Laborim; marquezes de Ficalho, de Fronteira, de Niza; arcebispo de Evora; condes da Arrochella, de Azinhaga, do Bomfim, da Louza, de Mello, de Paraty, da Ponte, da Ponte de Santa Maria; bispos de Coimbra, da Guarda; viscondes de Athoquia, de Balsemão, de Benagazil, de Campanhã, de Castellan, de Castro, de Fornos de Algodres, de Gouveia, da Luz; barões de Arruda, de Porto de Moz; Pereira de Magalhães, Silva Carvalho, Aguiar, Larcher, Silva Costa, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

EXTRACTO DA SESSÃO DE 30 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM,

VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello)

(Brito do Rio)

Depois das duas horas e meia da tarde, tendo-se verificado a presença de 26 dignos pares, declarou o ex.º sr. presidente aberta a sessão.

Lida a acta da sessão antecedente, não houve contra ella reclamação.

O sr. Presidente:—a deputação d'esta camara, encarregada de apresentar a Sua Magestade os tachygraphos dos ultimos projectos de lei que se approvaram, cumpriu o seu dever, e foi recebida por Sua Magestade El-Rei com especial agrado.

Vae ler-se a correspondencia.

Um officio do ministerio do reino, enviando o decreto autographo, pelo qual Sua Magestade El-Rei houve por bem prorogar as cortes geraes da nação portugueza até ao dia 30 do proximo mez de junho. — Para o archivo.

—Do ministerio das obras publicas, remetendo um autographo do decreto das cortes geraes sob n.º 5. — Para o archivo.

—Do ministerio da marinha, communicando haver soffrido algumas alterações o orçamento d'aquelle ministerio para o anno economico de 1860 a 1861, que se achava junto ao orçamento geral do estado, enviando sessenta adjuntos exemplares do novo orçamento que deve substituir aquelle, a fim de serem distribuidos pelos dignos pares. — Mandaram-se distribuir.

—Da presidencia da camara dos srs

maior violência o sr. visconde de Gouveia, que tem tomado uma parte muito activa na repressão d'este crime de moeda falsa, é de justiça que os collegas de s. ex.ª reconhecem pelo exame dos documentos o infundado e calumnioso de taes accusações.

O sr. Presidente do conselho (Aguar):—não me parece que, do que eu disse, se possa deduzir que eu estou em contradicção com o sr. ministro da justiça.

O meu collega, disse eu, ferido na sua honra, por alguns jornais, julgou que devia apresentar perante a camara documentos, que em grande parte mostravam como elle tinha sido solido na perseguição dos crimes de moeda falsa; dirigiu-se á camara, que se o julgasse criminoso, podia accusa-lo; porém essa consideração que o moveu, cessou depois que o tribunal competente achou nas arguições que se lhe fizeram uma injustiça, e na publicação d'ellas um abuso penivel.

Eu disse que naturalmente, provavelmente, acharia inconveniencia na apresentação dos documentos, e talvez o meu collega a achasse, se uma consideração ligada com a sua honra, o não tivera determinado a dar aquelle passo: mas eu não disse que julgava inconveniente a apresentação dos documentos, nem o podia dizer tendo declarado que os não tinha lido, que não sabia a natureza de todos elles, nem conhecia a sua importancia. Aonde está aqui a contradicção?

Em conclusão, virão os documentos quando não haja inconveniente, nem pôde n'outro sentido entender-se a approvação do requerimento do sr. marquez de Vallada.

O sr. Marquez de Vallada:—está entendido que a approvação do seu requerimento é mediante a condição subentendida de que não haja inconveniente; mas elle, orador, não atinge a que possa haver inconveniente em mandar a esta camara, o que não o teve para se mandar á outra.

Entende que é indispensavel a camara dos pares conheça até onde vae a pedra, já que ella foi lançada. O procedimento contrario seria uma falta de consideração para com esta casa do parlamento, que não é possível, nem a reputa provavel. Se ha criminosos, castiguem-se, mas não se consinta que fiquem de pé accusações immerecidas.

Quanto ás explicações do sr. presidente do conselho, tendentes a excluir a dissidencia de opinião em que está com o seu collega, observou que a expressão naturalmente de que s. ex.ª se serviu não se concilia muito com ellas. Aquelle adverbio mostra que tinha, e tem ainda razões que não se conciliam com as que levaram o sr. ministro da justiça a dar o passo que deu; e é mesmo n'essas razões contrarias que existe a dissidencia contra que debede reclamar.

O sr. Visconde de Gouveia:—parece-me que a ultima parte da interpeção do sr. marquez de Vallada, tem por fim saber se o sr. ministro da justiça tenciona apresentar ao parlamento mais algumas medidas sobre a moeda falsa. Quando se tratar d'este objecto, usarei tambem da palavra, porque tencio fazer algumas considerações, tendentes á repressão do trafico da moeda falsa.

O sr. Presidente:—o digno par poderá fazê-lo em occasião competente.

O sr. Conde do Bomfim:—Como já estava inscripto para apresentar um projecto de lei sobre a organização e ampliação do quadro dos officiaes da nossa armada; vou hoje apresenta-lo, fazendo primeiramente leitura do relatório que o precede, e depois, do mesmo projecto (leu).

Agora, como o objecto é importante, pedirei a v. ex.ª que tenha a bondade de propor á camara, se permite que o relatório e projecto sejam impressos no Diário de Lisboa.

O sr. Presidente:—antes de propor o que pede o digno par, proporei á camara se dispensa a segunda leitura, que na mesa se deve fazer do projecto apresentado pelo mesmo digno par.

Foi dispensada.

O sr. Presidente:—agora proporei, se antes de se dar o devido andamento ao projecto, ha de ser impresso no Diário de Lisboa, conjuntamente com o relatório.

Assim se decidiu.

O sr. Visconde de Gouveia:—v. ex.ª na sessão passada disse, por parte da mesa, que havia de ouvir o corpo tachygraphico relativamente á minha proposta sobre a publicação das sessões d'esta camara, desejaria portanto ser informado do que haja a este respeito, uma vez que v. ex.ª já se achou habilitado para responder-me. Tencio depois fazer as considerações que me parecerem convenientes acerca d'este objecto que julgo muito importante.

O sr. Presidente:—o primeiro tachygrapho d'esta camara, consultando os seus collegas, apresentou a final á mesa um relatório ou informação, que o sr. secretario conde Mello vae ler.

O sr. secretario Conde de Mello:—leu a informação.

Além d'esta informação do primeiro tachygrapho, ha uma outra da secretaria, que me parece concilia até certo ponto as idéas do digno par.

Vozes:—não ha numero na sala.

O sr. Visconde de Gouveia:—como não ha numero na sala, peço a v. ex.ª que dê para ordem do dia da seguinte sessão, a minha proposta sobre a publicação das sessões.

O sr. Presidente:—a proxima sessão terá lugar segunda-feira, 4 de junho, sendo a ordem do dia a apresentação de pareceres de comissões. Está fechada sessão.—Eram quatro horas.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 30 de maio de 1860.

Os srs. visconde de Laborim; marquez de Ponte de Lima, de Vallada, da Ribeira; arcebispo de Évora; condes das Alcaçovas, de Alva, de Arrochella, do Bomfim, do Farrobo, da Louzã, de Mello, da Ponte; bispos de Coimbra, da Guarda; viscondes de Balsemão, de Benagazil, de Castellões, de Castro, de Fonte Arcada, de Gouveia, de Ovar; barões de Arruda, de Porto de Mo, da Vargem da Ordem; F. P. de Magalhães, Margiuchi, Moraes Pessanha, Aguiar, Larcher, Silva Sanchez, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 5 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 81 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Moraes de Carvalho, de que por motivos justos faltou á sessão nocturna de 2 do corrente, e á diurna de 4 do mesmo.—Inteirada.

2.ª Do sr. Coelho do Amaral, de que não compareceu na sessão de 3 do corrente por incommodo de saúde.—Inteirada.

3.ª Do sr. Aragão Mascarenhas, de que o sr. Calça e Pina não tem podido comparecer ás ultimas sessões por legitimo impedimento, e pelo mesmo motivo terá ainda de faltar a algumas sessões.—Inteirada.

4.ª Do sr. Bivar, de que o sr. Seixas Penetra não comparece á sessão de hoje, nem talvez compareça a mais algumas, por motivo de molestia.—Inteirada.

5.ª Do sr. Monteiro Castello Branco, de que fal-

tou á sessão do dia 2 do corrente, por incommodo de saúde.—Inteirada.

6.ª Do sr. Affonso Botelho, de que o sr. deputado Aristides Ribeiro de Abranches Castello Branco, obrigado por motivos urgentes a faltar a esta sessão, e ainda a outras, o encarregou de assim o comunicar á camara, declarando que, logo que terminem os motivos justificados porque actualmente não pôde comparecer, se apresentará, como lhe cumpre, para continuar no exercicio dos seus deveres.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da guerra, devolvendo dois requerimentos de particulares, com informações pedidas pela commissão de guerra.—A commissão de guerra.

2.º Do ministerio das obras publicas, remetendo sete documentos relativos ao offerecimento feito pelas juntas geraes dos districtos de Évora e Beja para o caminho de ferro das Vendas Novas, pedidos pelo sr. Xavier da Silva.—Para a secretaria.

3.º Uma representação da camara municipal de Penafiel, pedindo algumas alterações na lei de 22 de junho de 1846.—A commissão de foras.

4.º Da camara municipal da Figueira da Foz, pedindo que a estrada projectada d'esta villa a Coimbra passando por Maiorca, Monte-mór, e pelas povoações do norte dos campos do Mondego, seja comprehendida no contrato Langlois, que está na ordem do dia.—Fica reservada para quando se tratar do contrato Langlois.

5.º Da camara municipal de Villa Nova de Famalicão, pedindo um ramal de estrada que ligue as do Porto, Braga, Guimarães e Vianna, com a da Villa da Póvoa de Varzim.—Ao governo.

6.º De alguns habitantes de Torres Novas, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—A commissão de fazenda.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que sejam remetidos com urgencia a esta camara, pelos respectivos ministerios, os seguintes esclarecimentos:

Tabella dos emolumentos que actualmente se pagam nas secretarias d'estado, copia da lei ou decreto em virtude do qual elles são cobrados, e dos que ordenaram as recentes alterações da antiga tabella, e relação das gratificações concedidas aos empregados.

Tabella dos emolumentos, gratificações e ordenados dos empregados das seguintes repartições:

Tribunal de contas;
Alfandega grande de Lisboa;
Alfandega municipal;
Governo civil de Lisboa;
Torre do Tombo.

Copias das leis ou decretos que ordenam estes emolumentos, e dos que os alteraram.—Baldinho.

2.º Requeiro, se insiste com o governo que, pelo ministerio da marinha e ultramar, satisfaca aos pedidos de esclarecimentos que desde dezembro de 1858 pedi ao governo, bem como que o mesmo governo informe esta camara dos motivos porque taes pedidos, feitos ha mais de um anno, ainda não foram satisfeitos.—Antonio Maria Barreiros Arrobas.

São remetidos ao governo.

O sr. Encarnação Coelho:—envia para a mesa uma representação da camara municipal da Certã, em que pede que a directriz do caminho de ferro siga pelo Valle dos Cabacos a Coimbra; e acrescenta que esta camara não faz mais do que unir os seus votos aos de outras camaras municipais, que têm feito iguaes requerimentos, sendo a sua opinião que a directriz que tem sido lembrada pela beira-mar é a mais dispndiosa e mais extensa, como em outra occasião já fez ver á camara n'uma representação, assignada tambem por mais alguns srs. deputados.

Manda tambem para a mesa uma nota de interpeção ao sr. ministro das obras publicas.

O sr. Antonio Feio:—envia para a mesa o parecer, em que é relator, da commissão de estatística para a criação de uma nova comarca em Povoa de Varzim.

O sr. Visconde de Portocarrero:—pede lhe seja reservada a palavra para quando esteja presente o sr. ministro das obras publicas ou do reino.

Le-se na mesa um requerimento do conde de Obidos e Sabugal, pedindo licença para citar o sr. deputado D. José de Alarcão, a fim de proseguir uma execução que contra elle move no juizo ordinario de Coruche.

O sr. Mello Soares:—para negocios d'essa ordem não é preciso que a camara dê licença; essa licença é necessaria para qualquer deputado ir depor a um tribunal; mas para instauração de uma causa civil de qualquer natureza que seja não é necessaria licença da camara (apoiados).

Consultada a camara decide que não é necessaria a licença pedida.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—em primeiro lugar chama a attenção do sr. ministro da fazenda, que estima ver presente, sobre um negocio de facil solução, e que se acha affecto á repartição dos proprios nacionaes do ministerio a cargo de s. ex.ª.

Apresentou n'esta camara pela terceira vez um requerimento da veneravel ordem terceira de S. Francisco de Leiria, pedindo a concessão da igreja do mesmo orago n'aquella cidade. A commissão de fazenda por elle interrogada, respondeu que o requerimento se achava a informar na referida repartição dos proprios nacionaes. Roga ao sr. ministro o favor de fazer expedir quanto antes a informação.

Agora não pôde deixar de dizer duas palavras ao seu collega pelo circulo de Figueiró. Apresentando aqui diversas representações de camaras municipales, o collega pronunciou sem hesitar o seu juizo sobre a conveniencia de ser adoptada a directriz para o caminho de ferro do norte, que pedem as camaras representadas.

Inveja tanta sciencia! Mas permita-lhe o collega observar que bem está ao deputado, bem está as camaras municipales pugnar pelos interesses das suas localidades, e creia o collega que elle poderia facilmente oppor representação a representação, camara a camara, argumento a argumento. Batalha, Porto de Mo, Leiria e Pombal, representariam de certo com iguaes fundamentos, a favor da directriz que lhes passasse por casa. Elle porém entende que o governo na escolha da directriz de um caminho de ferro deve fazer obra por outras considerações. Entende que nem as camaras municipales nem o deputado estão em circumstancias de apreciar a questão, porque lhes faltam os elementos. O argumento de preço, trazido pelo sr. deputado por Figueiró, não colhe. Se se provar que uma certa directriz, embora mais cara, explore um trato de terra mais importante, essa directriz deve ser preferida. Além de que elle, e com elle muita gente mais entendida do que elle, questiona a inferioridade do preço da construção que o collega por Figueiró emittiu como axiomática.

Tambem é um ponto para cuja decisão são precisos estudos, projectos, traçados, nivelamentos, que nenhum de nós, ou nenhuma camara municipal pôde possuir e avaliar. Deixemos ao governo a resolução d'estas questões de directriz, porque só o governo é que pôde dispor dos meios necessarios para a conhecer e decidir em relação ao paiz em geral, e não em relação a uma ou outra localidade.

O sr. Silva Cabral:—envia para a mesa um addicionalmente dos assignados do extincto concelho de Linhares, com setenta e tres assignatras contra os projectos financeiros.

Manda tambem um requerimento dos administradores do seminario dos meninos desamparados, erecto no Porto, os quaes reclamam uma medida sobre o papel-moeda.

É desnecessario acrescentar nada mais áquillo que se tem dito, para demonstrar a justiça com que todos aquelles que estão interessados n'este negocio, pedem ás camaras que haja de se tomar uma providencia sobre um assumpto tão importante. Esta, como outras dividas merecem sem duvida a maior attenção dos poderes publicos.

O sr. Cancellia:—manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Anadia, pedindo a approvação da proposta do governo para acabar com os privilegios do vinho do Douro.

O sr. Affonseca:—em uma folha da capital se diz que teve lugar uma sublevação em Loanda, que o governador geral havia abandonado aquella praça, e que mesmo no Ambriz os indigenas haviam feito uma irrupção feliz, sacrificando muitos dos nossos. Que a ariedade publica era grande, e que era necessario que o governo se explicasse e dissesse á camara se estes boatos tinham algum fundamento.

É grande a differença dos tempos; em 1807 quando por virtude do tratado de Fontainebleau se resolveu invadir Portugal, se dava uma luta no gabinete portuez; queriam uns que este paiz se lançasse nos braços da França, outros nos braços da Inglaterra. Prevaleceu este pensamento, e resolveu-se que a familia real portugueza demandasse as aguas do Brazil, e fosse no Rio de Janeiro estabelecer a corte. Trinta e dois dias depois d'esta resolução tomada, suspendiam ancora oito navios de linha, quatro fragatas, em antara naus rasas, e outros tantos transportes. Os trinta e dois dias se fez tudo isto, e agora para mandar duzentos ou trezentos homens ha quasi mez e meio que se fazem arranjos, e nada está arranjado, pelo que tem a dór de observar.

É este um espectáculo triste que estamos a dar, e que sinceramente deplora.

Sobre os boatos aterradores que correm e sobre a malfadada expedição que se prepara, convida o nobre ministro a explicar-se, sentindo que não esteja presente o seu collega da marinha, porque era sem duvida o mais competente para o objecto em questão.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—estima que o illustre deputado provocasse uma declaração da parte do governo a este respeito, para ter occasião de lhe assegurar e á camara que nada, absolutamente nada, de tudo quanto s. ex.ª referiu acerca das desagradaveis occorrencias que tiveram lugar em Loanda, tem constado ao governo, e por consequencia nada mais diz a este respeito.

Quanto aos preparativos para a saída da expedição, este assumpto tem merecido o maior cuidado da parte do governo, e especialmente do ministerio da guerra; e pelo ministerio a seu cargo poucas explicações pôde dar ao illustre deputado; só o que pôde dizer é que do credito extraordinario, votado pela camara, tem sido já postas á disposição do ministerio da marinha as sommas que têm sido requisitadas, e cre poder assegurar á camara que a saída da expedição ha de ter lugar com muita brevidade.

O sr. Affonseca:—estima muito que aquellas noticias aterradoras se não confirmassem; aceita a explicação que s. ex.ª acaba de dar, e faz votos para que a expedição parta quanto antes para o seu destino.

ORDEN DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE DO PROJECTO N.º 45

O sr. Presidente:—em conformidade da resolução da camara declara em discussão os artigos 1.º e 2.º.

O sr. Coelho do Amaral (sobre a ordem):—ha poucos dias apresentou na camara uma representação do corpo commercial de Vizeu, pedindo a abolição das licenças para vendas ambulantes, ou em praças publicas. N'essa occasião apellou para os membros da commissão de fazenda, a fim de que quando se tratasse do projecto que actualmente occupa a attenção da camara, tivesse em attenção o pedido dos representantes; mas não acontecendo assim, vê-se obrigado a mandar para a mesa o seguinte additamento ao artigo 1.º:

«Depois das palavras «manejo de fabricas» acrescenta-se «o imposto de licenças para vendas».—F. Coelho do Amaral.»

É admittido, e fica tambem em discussão.

O sr. Visconde de Pindella (sobre a ordem):—reconhece que não é o lugar competente para mandar para a mesa algumas modificações ás tabellas, bem sabe que se devia reservar para quando se tratar do artigo 3.º; mas desejando que os srs. deputados as possam examinar, antes de se entrar na discussão das tabellas apressou-se a pedir a palavra para as mandar para a mesa.

Leem-se na mesa e ficam reservadas para d'ellas se tratar no lugar competente.

O sr. Aragão Mascarenhas (sobre a ordem):—manda para a mesa o seguinte additamento ao artigo 2.º

«Proponho que se acrescente—e bem assim os magistrados e funcionarios administrativos com respeito aos vencimentos que recebem pelos cofres municipales».—Aragão Mascarenhas—Monteiro Castello Branco.»

É admittido, e fica tambem em discussão.

O sr. Bivar (sobre a ordem):—manda para a mesa um additamento ao n.º 5.º do artigo 2.º, que é o seguinte:

«5.º Os pescadores ou empresas de pesca, etc.»—Bivar.»

É admittido, e fica tambem em discussão.

O sr. Presidente:—ha pouco leu-se na mesa um requerimento do sr. conde de Obidos e Sabugal, pedindo licença á camara para ser citado um sr. deputado para ir a juizo responder por uma execução que se lhe promove. O sr. Mello Soares sententou que para isso não era preciso licença da camara; no entanto a mesa sujeitou o requerimento á votação da camara, que resolveu que não se carecia da licença pedida. A mesa porém entende que deve chamar a sua attenção sobre este ponto, e expor-lhe o que se tem passado a este respeito. Na sessão de 4 de maio de 1857 houve um pedido para ser citado o sr. Antonio Vidal para ir responder a juizo. Depois de algumas observações apresentou-se uma proposta para regular este negocio: essa proposta foi remetida á commissão de legislação, que não chegou a dar parecer; no entanto sempre se tem concedido essas licenças, como hoje se fez.

Diz isto á camara, para que a resolução que haja de sair d'aqui sobre estes negocios não cause estranheza lá fóra.

O sr. Gaspar Pereira:—conforma-se com as resoluções até hoje tomadas pela camara; mas entende que não é preciso licença d'ella para ser citado qualquer sr. deputado, menos para servir de testemunha, por isso que tem de faltar á camara para esse fim. Mas como sobre isto está affecta á illustre commissão de legislação uma proposta, pede ao sr. presidente que convide a commissão a que quanto antes apresente o seu parecer a este respeito, não se oppondo a que no entretanto se siga o que se tem seguido até aqui.

O sr. Presidente:—vae consultar a camara sobre se ella entende se devem deferir esses requerimen-

tos nos termos que se seguiram em 1857, em quanto não houver parecer da commissão.

Assim se resolve.

O sr. Affonseca:—ouvei hontem com muita attenção o nobre ministro da fazenda, mas deve confessar que a magua correu parelhas com a admiração e a consideração que entretém por s. ex.ª.

A idade do nobre ministro, toda de aspirações e arrojados commettimentos, dava-lhe razões para esperar que se lançaria no caminho das reformas uteis, e que rasgando folha a folha esse codigo de absurdos chamado pauta, collocaria a nossa legislação aduaneira de accordo com a das nações cultas e civilizadas da Europa. Desillusão, tres vezes desillusão! Por este lado não tem nada a esperar.

O sr. ministro até se revoltou contra o pobre Bastião, chamando-lhe um livro pequenino. Ha cousas pequenas que tem um grande valor. Homens ha mesmo pequenos em corpo, mas grandes em espirito. Napoleão I era d'esta familia, e muitos outros.

O livro pequenino de Bastião, elle escreveu mais de um, o sr. ministro quiz talvez alludir a um pequeno livro que elle intitula «Sophismes Economiques», pois este livro pequenino tem a honra de ser traduzido em inglez por Porter, presidente do Board of Trade, auctor de muito bons escriptos em economia politica, um dos homens notaveis em Inglaterra, e que escreveu essa bella obra em 4 volumes chamada «The Progress of the Nation».

Já vê pois o nobre ministro que não é tão insignificante o tal livro pequenino de mr. Bastião. Ora além d'esse livro pequenino não lhe são estranhos Adam Smith, Ricardo, Huskisson, Rossi, Garnier e outros. A mediocridade dos seus talentos fazem-lhe apparecer aos olhos do sr. ministro como tendo lido somente o tal livro pequenino; mas se a natureza lhe aquinhoou mal, que lhe ha de fazer?

Já hontem quando fallou n'esta casa, emittiu a opinião de que o desfalece de que tanto se arreceia o sr. ministro em uma grande parte dos objectos da pauta, de certo se não daria; apresentou-lhe o direito do chá na Madeira, o que teve lugar em 1843 quando a pauta se reduziu ali á metade.

Disse o sr. ministro que se se reduzisse o direito do assucar á metade, diminuiria a receita na proporção da redução. É a isto que chama cabeça de Medusa.

O direito do assucar se se reduzisse, está certo que augmentaria o consumo, e daria origem a um commercio importante, o da fructa coberta que tão procurada é em toda a Europa. Está certo ainda de que as 27 arrobas de Vianna montariam a 27.000.

O sr. ministro revela mais coragem em uma medida, que no seu entender é mais arriscada. Quer fallar do tabaco por conta do estado ou régie em vez de arrematação, e para montar a qual com bastante denodo, se vem pedir á camara 400.000\$000 réis.

Deixe o sr. ministro o tabaco em arrematação por ora, fique em mão com a autorisação dos 400.000\$000 réis, e com elles faça face a qualquer desfalece que por ventura possa dar a diminuição dos direitos da pauta. Parecia-lhe esta experiencia digna de tentar-se. Ora, o sr. ministro não pôde por certo estar persuadido de que os vidros claro-oscuros que se fazem na Marinha Grande, devem ter uma protecção de 300 por cento, além das lenhas das mattas do estado, e de ser o proprio estado consumidor por 6.000\$000 réis por anno.

Está fechada a fabrica. Deus a conserve assim por largos annos, e a elle, orador, parece-lhe que o paiz ganha em pagar aos operarios e te-la fechada, acabando com o direito, ou reduzindo-o a um direito de registro. O commercio dos vidros, e o seu consumo crescerá necessariamente, e o governo com quanto pagasse aos operarios, estes iriam morrendo, ou procurando outro emprego, e o paiz muito ganharia; mesmo porque desapareceria a anomalia de haver um governo negociante de bixeiros.

O nobre ministro não satisfeito de pulverisar os seus humides argumentos com a sua logica cerrada e incisiva, faz mais; apresenta-o á camara e ao mundo como um homem que soffre da massa encephalica.

O sr. deputado, phantasiando planos economicos, quer a extinção das alfandegas disse o sr. ministro; de sorte que dar á industria indigena 40 por cento de protecção, e converter em direitos fiscaes ou para receita os chamados direitos protectores, quer isto dizer no entender do sr. ministro extinção de alfandegas.

Fica-se entendendo de tudo isto que quem não quer uma industria de anapaz ou de estufa, como a nossa, quer a extinção das alfandegas.

Não seguiria o sr. ministro n'este caminho, deixaria a passagem livre em quanto a isto. Tão somente diria a s. ex.ª que entre o imposto directo e o indirecto ha uma estreita relação que o governo parece desconhecer.

A diminuição nos direitos de consumo, ou alivio do imposto municipal, tornando mais baratas as substancias, habilitaria todas as classes para o pagamento da contribuição que se lhes quer lançar, diminuiria o contrabando, tornaria desnecessario esse enxame de fiscaes que nada fiscalisam, derrubaria essas muralhas que nada guardam, e moralisaria a civilisaria o povo.

Um ministro que se em vez das agremiações e todo este apparato que apresenta o projecto, se viesse ao systema das patentes pura e simplesmente, o resultado talvez fosse melhor e menos complicado.

O artigo 2.º envolvendo continente e ilhas, não lhe parece que deva passar d'este modo.

Corre n'este momento, ou para se exprimir com mais exactidão, não corre, para na commissão das pautas, tendo já sido examinado pela commissão de administração, um projecto para certas medidas de organização na Madeira.

Entre outras disposições ha uma que lhe parece preferivel para aquella ilha, e vem a ser que uma commissão composta de dois membros da associação commercial, dois membros da camara municipal do Funchal, dois artistas escolhidos por estes, e presididos pelo governador civil do districto, organisem a tabella das taxas ou contribuição pessoal que deve pagar todo o cidadão.

Ora o governo attende d'este modo a uma justa reclamação, e está convencido de que em ultima analyse o imposto ha de ser lançado com mais igualdade, e a sua cobrança ha de ser effectuada com mais suavidade por um lado, e por outro mais effectivamente. Acredita que ás ilhas dos Açores talvez conviesse o mesmo. Em todo o caso pede que se diga n'este artigo que não é extensiva á Madeira esta disposição.

A Madeira nunca foi tão feliz como quando era considerada para todos os effeitos legislativos como possessão ultramarina. Esta mania que nos deu de termos muitas provincias, fez-nos dar um salto geographico de 150 leguas, e annexamos a Madeira ao continente e chamamos-lhe provincia de Portugal; quer dizer, fizemos nós o que Deus não quiz fazer. Isto de legislar com uniformidade para todos os pontos de um paiz, sem attenção ás suas circumstancias especiaes, á sua indole, ás suas tendencias, aos seus productos mesmo, isto é um erro palmar, e que tem dado muito mais resultados.

Manda n'este sentido para a mesa uma emenda ao artigo 2.º

O sr. ministro disse aqui hontem, por occasião de se fallar no direito do bacalhau, que se o governo inglez quizesse mudar a base que tinha tomado para o direito do vinho em Inglaterra, tal-

vez que o governo lhe fizesse uma diminuição no direito do bacalhau.

Como se dá a circumstancia de que s. ex.ª accumula as duas pastas da fazenda e estrangeiros, tem s. ex.ª de empregar o maior cuidado em que o ministro da fazenda faça revelações que o ministro dos estrangeiros deve occultar, ou ao menos ter em reserva.

A questão da diminuição do direito do bacalhau pela mudança da base para o direito dos vinhos, ou de negociação entabulada ou não é; se o é, não se deve publicar antes de concluida; se o não é, se está só *in peto*, razão de mais para se calar.

Mas o sr. ministro disse com um certo entono, se o governo inglez vier a alguma composição em quanto á base para o direito do vinho, veremos se se lhe fará alguma redução no direito do bacalhau. Pareceu-lhe ao ouvir este modo de enunciar-se ao sr. ministro, que eram nós a Inglaterra, e que s. ex.ª era lord Palmerston. De maneira que é a Inglaterra que nos ha de vir pedir o favor de diminuirmos o direito do bacalhau, offerecendo mudar a base do direito dos vinhos.

A Inglaterra que tem o mundo, pôde-se dizer, por mercado, ha de vir dobrar o joelho; nós que precisamos d'ella para tudo, porque quando se falla aqui em commercio estrangeiro deve-se sempre entender o commercio inglez, quando se falla em exportação estrangeira é sempre exportação para a Inglaterra; para tudo nos levarém e consumirmos até nos levem o gado vivo do Porto, e a ervilha e batata nova de Lisboa.

Lembra-se de que foi o primeiro n'esta casa a interpellar o governo, e interpellou a s. ex.ª mesmo, acerca do tratado de Inglaterra com a França. Disse então que tinha graves apprehensões com relação á nossa industria vinicola, nos mercados d'aquella primeira potencia. S. ex.ª apresentou como infundadas as suas apprehensões, e elle, orador, dizia-lhe então: «a base para marcar o direito, sendo a força alcoolica, é para nós um grande mal. Os nossos vinhos são muito alcoolicos, os francezes não o são, vamos ter contra nós um direito differencial que nos mata.» Pelas palavras que hontem souteu aqui o sr. ministro vê que reformou as suas idéas, e que a base da força alcoolica já encontra inconvenientes.

Entende que o governo não deve esperar o resultado de negociações, se é que as ha; o governo deve diminuir sem mais hesitação o direito do bacalhau, porque faz com isso um grande serviço á agricultura, e está convencido que ao thesouro, sem esperar a mudança da base para o direito do vinho em Inglaterra: ella vem necessariamente, porque em Inglaterra mesmo o commercio não a recebeu bem, e a França, apesar de parecer a mais interessada na sua sustentação, tambem lhe não agrada. A base da força alcoolica para firmar o caracter do vinho é absurda. Ha vinhos em França, como o fino Bordens, que não têm quasi alcool nenhum, em quanto que, por exemplo, os vinhos ordinarios da Catalunha têm uma grande quantidade d'elle.

Defendendo o direito absurdo do bacalhau, disse s. ex.ª que era elle conveniente, para que os habitantes das provincias e os operarios fizessem uso em preferencia das carnes.

Ora o sr. ministro está em Lisboa, e não sabe usos e costumes d'essas provincias, e d'esses operarios ou trabalhadores em trabalhos agricolas.

S. ex.ª acredita que o lavrador dos campos come o bacalhau por necessidade? engana-se s. ex.ª: o trabalhador pondo-se-lhe de um lado a carne, e de outro o peixe salgado, vae a este com preferencia, porque o aduba, ou para melhor dizer, o rega com uma enorme quantidade de azeite, o que não pôde fazer com a carne: não é pois a necessidade, é o gosto, é o habito. Do mesmo modo que lhe recusam um pão de trigo para comereem pão de milho.

pode deixar de cumprir as obrigações a que se sujeita; o resto levar-nos-ia a teoria da bancarrota que ninguém quer.

Resta ver se o imposto é o mais apropriado e conveniente, ou se haverá outro que chegue ao mesmo fim.

Entende que a reorganização do imposto industrial não só é uma medida necessária para trazer o aumento de receita, mas uma medida indispensável para trazer outro princípio não menos importante, a equidade do imposto em relação a todas as classes. Só porque a propriedade territorial apresenta o carácter de permanência e de invariabilidade, não ha direito nenhum para lhe pedir toda a receita publica, todos os sacrificios, esgota-la e sangra-la por todos os modos, ao mesmo tempo que se põem outras industrias que mais facilmente podem fugir á acção do fisco, que também não são senão a manifestação do trabalho, e que do mesmo modo aproveitam da applicação das receitas publicas.

Preocupa-se pouco com a gloria da popularidade, porque sabe que a popularidade é uma deusa fugaz, volúvel e feminina. Não desprosa a opinião publica, mas a opinião publica esclarecida pelo exame das questões, pelas discussões dos homens illustrados, e muitas vezes o *verdictum* d'essa opinião vem revogar o da deusa volúvel, o da falsa popularidade.

Não crê que das reformas de imposto propostas possam resultar convulsões politicas; mas no lugar do sr. ministro da fazenda, collocado nas mesmas circunstancias, teria appellado para o imposto, assim como para todos os outros meios de occorrer á despesa publica e de attenuar o *deficit*, para nos collocarmos na posição em que nos devemos collocar como nação.

A questão do imposto é antiga em Portugal, mas o que é moderno é a sua mais productiva applicação. Na epocha em que se arrancavam 6.000.000 réis pelos dizimos, jugadas e quartas, em que a decima, maneo e juros subia a 1.600.000\$000 réis, em que ao mesmo tempo a casa real absorvia réis 1.700.000\$000; n'essa epocha o imposto era applicado a um modo productivo, e estavam as industrias na situação em que estão hoje para se lhes pedir um augmento de subsidio? Ninguém dirá que sim.

Vem o imperador, e na sua dictadura duplamente gloriosa quebrou as algemas que pesavam sobre a terra. Infelizmente não pôde acabar a reforma, porque não pôde chegar á organização da propriedade pela modificação da lei dos vinculos. A geração do Mindello, dos homens que combateram pela restauração do throno da Senhora D. Maria II, fez dois presentes á geração actual, que ella deve agradecer. Fêz-lhe o presente das instituições que hoje gozamos; e livrou a terra das algemas que sobre ella pesavam, que opprimiam o trabalho, a liberdade do homem, e estancavam as fontes de receita e de prosperidade publica.

E preciso não esquecer estes dois presentes, e caminhar na senda que nos abriu a primeira dictadura do imperador, em que teve grande parte Mouzinho da Silveira. O estandarte que então se levantou é preciso seguir-lo, embora com as modificações que aconselham as nossas circunstancias, com a prudencia necessaria; mas é preciso não o perder de vista, porque se o perdemos de vista cada passo que retrogradarmos ha de nos ser fatal, e ha de nos ser contado como se contari os erros dos povos.

Mas depois d'essas medidas tão uteis ao paiz, pôde-se dizer que o thesouro publico ficou desherdado de contribuições. O congresso constituinte com a energia e valor que o não do honrar, despresando a falsa popularidade, e elevando-se á altura dos seus deveres, lançou os impostos que julgon necessários para occorrer ás necessidades publicas, e foi iniciado depois pelo partido conservador quando dirigiu os negocios publicos. Na epocha actual, se é verdade que a receita tem crescido, não se pôde negar que a organização do imposto é defectiva e imperfeita.

Ha dois modos de occorrer ao desequilibrio entre a receita e a despesa; primeiro, a diminuição da despesa; segundo, o augmento da receita. E ha ainda um terceiro meio, que é mixto; a combinação dos dois. Se lhe perguntarem se no organo da despesa se podem fazer economias que resolvam em parte ou no todo a questão financeira, diz enfaticamente que não. Cortes feitas á thesouro (permittase-lhe a expressão) sobre o organo do estado, não podem significar coisa alguma. Mas d'aqui a deixar-se de prestar homenagem ao grande principio das economias, de examinar quaes são as verbas que podem ser modificadas com proveito, recomendando ao governo que as estude, ha uma grande differença.

Por exemplo, a respeito de pensões poder-se-ia conseguir uma grande economia unindo os diferentes montes pios n'um só, subsidiando a e reunindo uma avultada quantia, da qual saíssem as pensões. De uma melhor organização do exercito, do maneira que elle preencha as necessidades do servico, também pôde resultar uma importante economia para o estado.

Em outros ramos se podem fazer economias, e realisa-las; não só é uma homenagem que o parlamento presta ao principio, mas é uma necessidade nas nossas circunstancias, e mesmo segundo a opinião de homens muito illustres, que é também a sua, a um augmento de receita deve corresponder uma economia.

Desde que se vai lançar um imposto e applica-lo á industria nas suas diferentes applicações e profissões, esta questão não se pôde separar da questão do imposto indirecto e do consumo. A penetração da camara não deve ter escapado uma circumstancia. Desde que o parlamento entende que as industrias estão em estado de ser collectadas e de concorrer para as necessidades do estado, entende que alguma coisa ha a fazer nas pautas, porque não podemos estar a dar uma protecção exagerada de 100, 200 e 300 por cento a industrias que se entende que estão no estado de concorrer na proporção que compete a propriedade territorial. Uma vez que se exige um augmento do imposto directo é preciso que se faça alguma coisa a respeito do imposto indirecto, é preciso que as classes trabalhadoras encontrem maior barateza nos artigos de consumo, nos artigos de commodidade e n'aquelles que lhes podem servir de alimento.

E o que fez em Inglaterra sir Robert Peel: tratou primeiramente das subsistencias, diminuindo os direitos dos cereaes, arrostando contra a opinião dos agricultores, que erradamente viram n'essa medida a sua ruina, quando o resultado foi inteiramente o contrario; porque ella em Inglaterra redobrou de esforços, e o tem-se empregado no objecto mais dispendioso da agricultura a drenagem, para ganhar terrenos á agricultura, que por este meio tem um grande desenvolvimento.

Depois passou á redução rasgada dos direitos fiscaes que tão bons resultados produziu em Inglaterra, a ponto que sir Robert Peel, que a principio tinha vergado debaixo de uma grande impopularidade, teve a satisfação de ver, em sua vida, levantarem-lhe estatuas; e na sua morte o seu timulo foi cercado de todo o povo inglez.

Ao mesmo tempo fez-se a reforma da legislação das alfandegas, foi feita por Wilson, e a Inglaterra não se deu mal com o sistema, porque a sua receita augmentou.

Hoje sir Gladstone, quando entrou para o ministério,

chegou ao parlamento e disse com franqueza: «estamos em situação grave, ha um grande *deficit* que é preciso cobrir, e o que eu proponho para esse fim é que se abatem dos direitos das alfandegas todos os artigos até ficarem em quarenta e oito, que se eleve o *income-tax* a 4 por cento ou a 3 por cento; e depois hei de virar-me para os generos do consumo e abater também uma infinidade de classes.»

Parece-lhe que sir Gladstone não se enganou; mas não imagine a camara que elle, orador, aconselharia que se entrasse no mesmo caminho, que nem sempre tem dadas boas resultados; e se não olhesse para o Piemonte, que para empreender largos trabalhos de caminhos de ferro e de estradas, a par das despesas da guerra, reconhecendo, que não podiam augmentar-se os impostos directos sem alliviar os indirectos, fez uma reforma importantissima na sua pauta, que julga precipitada.

Entende que o seu nobre amigo o sr. ministro da fazenda teria completado o seu pensamento financeiro se ainda agora apresentasse a redução e reforma, não de toda a pauta da alfandega, mas dos artigos que mais interessam o consumo, (*apoiados*) e que mais de perto podessem entender com o consumo dos trabalhadores (*muitos apoiados*).

A sua idéa sobre esta reforma de pautas é, que as falsas industrias devem ser tratadas como tais, e as verdadeiras devem ser protegidas (*apoiados*), de modo que o estímulo da concorrência as não deixe esmorecer; mas isso não se pôde fazer de repente, e deve ser feito por periodos e de maneira, que estudada uma classe da pauta se declare: «a começar de tal anno, dessem os direitos a 20, e depois a 10, e d'aqui a 5, mas com prazos fixos e irrevogáveis, porque o paiz não pôde continuar n'este pessimo systema em que se está vivendo (*muitos apoiados*).»

Vae tratar agora de alguns pontos.

Desde já pede ao sr. presidente e á camara que de accordo com a commissão seja licito aos deputados, mesmo durante o debate dos outros artigos, mandar para a mesa emendas e modificações, para a commissão as considerar e tomar no valor que merecerem, porque o que todos querem é acertar (*apoiados*).

Todos estão concordes no augmento da receita e organização do imposto, é não que nem todos o estão é em que se vão fazer fôrças de receita.

Sobre isto tem a considerar, que lhe parece encontrar nas tabellas diferentes verbas que collectam industrias agricolas a pretexto de collectar a industrial, como, por exemplo, lagares de azeite, moinhos, etc., todas as artes accessorias á agricultura que já foram contempladas na contribuição predial; e não lhe parece justo e razoavel que se vá pedir á industria agricola duas vezes um imposto que já paga (*apoiados*). Se é pequeno como predial a camara o julgará; mas em quanto o não fizer, e pelo contrario entender que a contribuição predial não deve augmentar, parece-lhe mau e inconveniente que se vá procurar pela taxa industrial o augmento da receita n'esta parte.

Também observa que acha demasiada na tabella a taxa que se lança ás primeiras classes, e sem querer que se tome por modelo a França nem a Hespanha (a França pelas suas circunstancias especiaes, e a Hespanha, porque, com quanto a respeito muito e lhe inveja muita coisa; não lhe inveja o systema politico e economico (*muitos apoiados*), e como principio de união declara que se estivesse n'esse risco preferia ir habitar em França, porque tem muito preste a maneira como nos obsequiou durante sessenta annos), procurar um meio termo.

Nada mais tem que dizer, e já abusa da paciência da camara (*Vozes*:— nada, nada).

Approva o imposto, desça as medidas que tendam a torna-lo bem accito e exequivel, e desejando que o sr. ministro da fazenda e os seus collegas tratem a questão economica na altura em que a devem tratar, lembra-lhes que o facam com a prudencia que as nossas circunstancias aconselham, e que o juizo das nações mais adiantadas impõe. (*Vozes*:— muito bem, muito bem).

O sr. Coelho do Amaral:—Le, para mandar para a mesa um additamento ao artigo 2.º nos termos seguintes:

«Pelo assim todos os empregados de qualquer denominação que sejam com relação aos seus vencimentos pagos pelos cofres municipaes, das misericordias e hospitais. — *P. C. do Amaral* — *Julio do Carvalho* — *Pinto Carneiro*.

Não sabe a razão porque os empregados municipaes não hão de gozar do mesmo beneficio que se fez aos empregados pagos pelo cofre do estado nas percentagens que se aboliram na decima que até ali pagavam, com o fundamento de que aquelles que tinham ordenados inferiores a 300\$000 réis se achavam em circunstancias pouco favoraveis pela elevação das subsistencias, por quanto nas mesmas circunstancias estão os empregados municipaes.

Por esse mesmo motivo entende que pela exiguidade dos seus ordenados não deverão elles ser sujeitos á disposição do artigo 2.º, e antes exceptuados como os empregados do estado e de estabelecimentos subsidiados pelo estado, é espera que a illustre commissão tome em consideração as suas reflexões, que assentam todas na equidade mais absoluta e na justiça mais incontestavel, e torne extensivo áquelles empregados o beneficio que a estes se faz no n.º 3.º do artigo 2.º

Lido na mesa este additamento do sr. Coelho do Amaral é admittido, e fica também em discussão. O sr. Justino da Freitas:—requer que se julgue discutida a materia dos dois artigos.

Assim se resolve.

O sr. Nogueira Soares:—por parte da commissão manda para a mesa a seguinte proposta.

«Proponho que todas as propostas mandadas para a mesa durante a discussão, sejam remetidas á commissão independentemente da votação dos artigos respectivos.»

Posto a votos o artigo 1.º é approvado.

A proposta do sr. Nogueira Soares, sendo admittida, é approvada sem discussão.

Artigo 2.º approvado.

As propostas mandadas aos artigos 1.º e 2.º são remetidas á commissão, e é rejeitado o additamento do sr. Affonseca.

O sr. Nogueira Soares:—requer que os artigos 3.º, 4.º e 5.º se discutam juntamente, por isso que é materia intimamente connexa, e não se pôde falar em um sem se fallar nos outros (*apoiados*).

Resolve-se affirmativamente.

O sr. Gaspar Pereira:—requer que as tabellas se discutam separadamente.

O sr. Nogueira Soares:—entende que se não podem discutir os artigos sem as tabellas, por isso que fazem parte d'elles e então parece-lhe que não pôde ser attendido o pedido do illustre deputado.

A camara resolve que as tabellas se discutam juntamente com os artigos.

O sr. João José de Azevedo:—sustenta e envia para a mesa o seguinte additamento:

«Artigo 3.º n.º 1.—tabella A:

«Papel de escrever, cada tina 2\$400 réis.

«Papelão ou papel pardo, cada tina 1\$200 réis.

—*J. J. de Azevedo*—

É admittido e fica em discussão.

O sr. Pereira de Carvalho de Abreu:—sustenta e envia para a mesa as seguintes propostas:

TABELLA A

Propostas

1.º Propomos: que se declare que no n.º 1 se

compreende sómente a aguardente de vinho ou genheira; que se reduzam a dois terços nas terras de 5.º e 6.º ordem as taxas de 500, 1\$000 e 1\$200 réis; que a aguardente de vinho ou de outras quaisquer especies fique sujeita á ametada d'estas taxas; e que o lavrador seja isento de imposto pelo fabrico de aguardente de vinho, bagaço ou outros fructos da sua lavoura.

2.º As fabricas de azeite (n.ºs 6 e 7), os lagares de exprimir cera (n.º 13), os moinhos, azenhas ou atafanhas (n.º 31), e as fabricas de serrar madeiras ou pedras (n.º 42), em vez das taxas marcadas n'esta tabella pagarão o imposto de 10 por cento do respectivo rendimento liquido das despesas para reparos e concertos.

3.º O alugador de carros de bois ou cavalgaduras (n.º 11), nas terras de 5.º e 6.º ordem, em vez de 400 réis, marcados na tabella, pagará a taxa de 200 réis para cada carro.

4.º O alugador de gado cavallar ou mular (n.º 12) nas terras de 5.º e 6.º ordem, em vez de 1\$000 réis, pagará 600 réis.

5.º O creador de cera e mel até 50 cortiços de alchada nada pagará, e d'aqui para cima 20 réis por cada cortigo.

6.º Propomos, finalmente, que o n.º... administradores de bens rusticos ou urbanos, e de quaesquer rendas pertencentes a particulares se addeite a esta tabella, eliminando-se da tabella B, e ficando sujeitos os mesmos administradores, em vez da taxa queahi se lhes impõe á contribuição de 10 por cento da retribuição que receberem. — *Domingos de Barros Teixeira da Motta* — *Guilherme Augusto Pereira de Carvalho de Abreu*.

Propostas

TABELLA B

2.ª CLASSE

Mercador de gado vacuum, eliminado d'esta classe.

3.ª CLASSE

Mercador de gado vacuum, nas terras de sexta ordem, em vez de 10\$000, 6\$000 réis.

Mercador de couros cortidos, nas terras de sexta ordem; em vez de 10\$000, 6\$000 réis.

Mercador de gado suino, eliminado d'esta classe.

4.ª CLASSE

Mercador de gado cavallar, mular ou suino, nas terras de sexta ordem, em vez de 6\$000, 4\$000 réis.

N. B. Entende-se que é mercador de gado vacuum, mular, cavallar ou suino, o que faz d'isso profissão habitual, e não o lavrador que compra e vende gado vacuum, mular ou cavallar, para uso da sua lavoura.

5.ª CLASSE

Advogado

Alugador de moveis

Mercador de chá, por miúdo

Fabricante ou mercador de chapéus

Mercador de ferragens novas

Idem de tecidos de lã, por miúdo

Idem de massas

Merceiro

Mercador de gado ovelhum ou caprino

Idem, por miúdo, de toucinho ou carnes ensacadas

Idem de vinhos ou outras bebidas espirituosas ou engarrafadas

Idem de papel

Medico, cirurgião, ou cirurgião-medico, nas terras de sexta ordem, 3\$000 réis.

6.ª CLASSE

Mercador de azeite, por miúdo

Idem de arame

Idem de cera em bruto

Boticario

Mercador de objectos de bronze, cobre, ferro e outros metaes não preciosos

Idem de tecidos de linho, por miúdo

Mestre de obras

Solicitador de causas e seus ajudantes, 1\$000 réis.

7.ª CLASSE

Mercador de louça de barro ordinario

Musico

Guilherme Augusto Pereira de Carvalho de Abreu.

São admittidas e ficam também em discussão.

O sr. Presidente:—o sr. visconde de Pindella mandou ha pouco para a mesa umas alterações ás tabellas, e por isso vão ler-se, para serem submettidas á admissoão.

São as seguintes:

TERRA DE 3.ª CLASSE

Propostas

TABELLA A

N.º 17 Cortumes (fabricante de)... caixões ou tanques denominados =olho= em vez de 600, 300 réis.

N.º 28 Louça de barro ordinario, cada forno, em vez de 2\$500, 1\$000 réis.

N.º 44 Tecidos de algodão, linho, etc., cada tear á mão, em vez de 600, 400 réis.

N.º 23 Fiação, cada dez fusos movidos á mão, em vez de 100, 50 réis.

Leite eliminado, porque se pôde considerar mais um producto agricola do que industrial.

Moinhos, 10 por cento deduzidas das despesas de reparos e concertos, e o mesmo relativamente aos de azeite; não se entendendo o tributo em quanto ao fabrico do azeite de oliveira, com relação ao lavrador ou proprietario, quanto ao genero da sua produção.

TABELLA B

3.ª CLASSE

N.º 7 Couros cortidos, de qualquer qualidade, por grosso, em vez de 22\$000, 12\$000 réis.

5.ª CLASSE

N.º 22 Mercador de ferragens novas, em vez de 10\$000, 6\$000 réis.

6.ª CLASSE

N.º 62 Ourives de ouro ou prata, em vez de 5\$000 3\$500 réis.

N.º 33 Couros cortidos, de qualquer qualidade, em vez de 5\$000, 3\$500 réis.

N.º 34 Cateleiro, com estabelecimento, em vez de 5\$000, 2\$500 réis.

N.º 55 Linho, em vez de 5\$000, 3\$000 réis.

N.º 32 Correiro com estabelecimento (fabricante ou mercador) em vez de 5\$000, 3\$000 réis.

7.ª CLASSE

N.º 86 Linho em rama, em vez de 2\$500, 1\$500 réis.

N.º 89 Louça de barro ordinario, em vez de 2\$500, 1\$000 réis.

N.º 64 Ferro (fabricante de objectos de pequenas dimensões) em vez de 2\$500, 1\$500 réis.

8.ª CLASSE

N.º 6 Caixeiros, em vez de 800, 500 réis.

O deputado por Guimarães—Visconde de Pindella.

São admittidas, e ficam também em discussão.

O sr. Nogueira Soares (por parte da commissão):—pede que todas as emendas, additamentos e substituições que se offereceram e houver de offerecer acerca das tabellas, sejam mandadas á commissão para as examinar e dar o seu parecer acerca d'ellas.

Tendo dado a hora, não se toma resolução alguma sobre este pedido.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—*Erão quatro horas da tarde*.

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 5 de junho, estiveram presentes á chamada á meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Azevedo e Cunha, Antonio de Carvalho, Antonio Eleuterio, Gonçalves de Freitas, Ferreira Pontes, Avila, Henriques Seco, Couto Monteiro, Pequeto, Fonseca Osorio, Robalo de Azevedo, Lopes Branco, Telles de Vasconcellos, Vaz da Fonseca, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Abranches, Carlos Bento, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, C. J. Nunes, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Faustino da Gama, Monsinho de Albuquerque, Fortunato de Mello, F. Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Gavicho, F. P. Tavares, R. Batalha, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Jacinto de Andrade, Martins Ferrão, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Coelho de Carvalho, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Christiniano da Fonseca, Alarcão, Lacerda (D. José), J. Maria da Costa e Silva, Ponte e Horta, Silveira e Menezes, Julio do Carvalho, Aboim, Rebello da Silva, Mendes de Vasconcellos, L. Pinto Tavares, Affonseca, Azevedo Pinto, Marianno de Sousa Feio, Marquez de Sousa Holstein, Monteiro Castello Branco, Pedro Jacome, Plácido de Abreu, Roberto Charters, Simão Maria de Almeida, Ferrer, visconde da Pindella, visconde de Portocarrero.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Lisboa.—Segundo lemos em um jornal da capital, não são só as cearas da Beira e norte que apresentam bom aspecto; na provincia da Extremadura igualmente se espera uma avultada colheita de trigo, e a uva vae limpando perfeitamente.

Porto.—Chegou de Paris, escreve o *Porto e Carta*, o sr. Joaquim Augusto de Lima, inventor dos carros mecanicos locomoveis para as estradas ordinarias, e para cujo invento obteve privilegio do governo. O sr. Lima foi ao estrangeiro para ali dirigir a construção de algumas das suas machinas.

—O mesmo jornal publica as noticias dos seguintes deploraveis desastres: «Ante-hontem (31 do passado), ás cinco horas e meia da tarde, houve um desastro na nova estrada da Bandeira, em Villa Nova de Gaia, na ponte que ali se fez para o caminho do ferro, que serve para o movimento do material das obras d'aquella estrada.

Um filho do sapateiro Antonio de Almeida, morador atraz da Paradinha, andando com outros rapazes a brincar na ponte, na occasião em que á mesma chegava o carro, cahiu abaixo, na altura de cinco metros, e batendo em cima de uma rocha, ficou gravemente ferido em diferentes partes do torso. Ficou logo por morto, porém sendo conduzido á botica e soccorrido, voltou a si, e está em curativo.

«Hontem (1 do corrente), ás oito horas da manhã, na obra do desmoronamento do paredão velho da Cantareira, uma parte d'elle desabou inesperadamente, e entalou um dos trabalhadores pela parte inferior do corpo, deixando-o muito mal tratado. Foi conduzido em uma maca para o hospital.

Guimarães.—O *Conciliador*, jornal d'esta cidade, publica os seguintes promoveos acerca dos melhoramentos que a camara municipal do mesmo concelho tem feito nas estradas das Caldas de Vizella e das Taipas, e de uma estrada que projecta mandar construir para S. Torcato:

«A estrada das Caldas de Vizella está quasi concluida. A camara procurou mover pelos meios da prudencia os possuidores dos terrenos, aonde esta estrada tinha de alargar ou endireitar, a cedem-nos espontaneamente para esta obra de utilidade publica. Dizem-nos que fica boa, e que no lugar de Astim, onde fazia uma grande curva, endireitára, tornando-se portanto mais curta.

«Na segunda-feira (28) foi á camara observar a estrada das Caldas das Taipas, e constata-nos que viu brevemente começar os trabalhos para se lhe fazer os reparos de que necessita.

«Projecta-se também fazer uma estrada para S. Torcato, para o que já está nomeada uma commissão, composta dos ill. srs. Francisco de Azevedo Varella, José Custodio Vieira, Jeronymo de S. Carlos da Silva Ribeiro, Antonio Ribeiro de Faria, Antonio José de Freitas, José Pinheiro Bezerre, reitor de S. Lourenço de Selho, padre Manuel José de Meira, e o padre João Lopes Pimenta.

«Esta commissão foi hontem já examinar os terrenos por onde a estrada deve seguir.

«Dizem-nos que os trabalhos vão principiar muito breve. Esperamos que a commissão se empenhará em dar a essa estrada a commodidade possivel para o transitio, alargando-a o mais possivel.

«Consideramos esta obra de justiça, porque o corpo de S. Torcato é uma grande preciosidade, que existe perto de nós, ou, para melhor dizer, entre nós; é visitado por muita gente, e se-lo ha ainda por muita mais, se houver uma boa estrada, que ali possa conduzir commodamente não só osromeiros, mas até os admiradores de tudo que é maravilhoso.

«Esta preciosa reliquia, que faz mui notavel a freguezia a que dá o nome, é uma riqueza d'aquelle torrão abençoado por Deus, e não deixa de dar mais consideração a esta cidade; portanto devemos todos concorrer de boa vontade, com todos os esforços, e até com meios pecuniarios, ou trabalhos corporaes, para levar a fim este tão util melhoramento.

«A obra do santuario, que guarda o corpo de S. Torcato, progride, e espera-se ansiosamente o novo risco do corpo do templo para se lhe lançarem as alceiras.»

Vianna do Castello.—Conforme diz a *Aurora do Lima*, recomencaram no dia

muito ardente... Um dos mortos é um tal Orsini, irmão do que quiz assassinar o imperador.

Infelizmente tivemos dois mortos, um sargento e um soldado; e tres feridos, entrando n'este numero o tenente Cacchi (gravemente). Foram tambem feridos alguns cavallos.

«Espero que os bravos gendarmes, o capitão Svanageli e os tenentes Amoresetti e Currete serão recompensados por este facto de armas, que é o primeiro desde que vós commandaes o exercito pontificio. Sinto o maior prazer em admirar a bravura dos gendarmes.

«Se estivesse comigo o batalhão de caçadores que partira de Viterbo, no momento em que eu d'ali saí, toda a guerrilha ficaria em nosso poder, porém o batalhão só chegou ás cinco horas da tarde.—O coronel, *Pimodam*.»

(Correspondance Havas.)

PIEMONTE

Eis o resultado exacto da votação que ultima-mente teve lugar na camara dos deputados d'este paiz relativamente ao tratado de cessão da Saboya e Niza á França.

Deputados presentes. 285
Votantes. 262
A favor. 229
Contra. 33
Abstenções. 23

Antes de terminar a discussão, o conde de Cavour fez declarações importantes: a Sardenha não pediu á França garantias relativamente ás anexações; porém a França declarou que fará respeitar o principio da não intervenção. A autonomia da Toscana deve desaparecer.

(La Presse.)

—O governo piemontez, em presença das eventualidades que podem surgir da situação actual da Europa, continua os seus preparativos militares. O exercito, já em pé de guerra, monta a um effectivo total de 201.000 homens.

—Por um vapor inglez, chegado no dia 29 de maio ultimo a Palermo, consta que Garibaldi não tomou parte na acção de Pareo, porque n'essa occasião estava em Misilmeri, activando os alistamentos.

(La Correspondencia de Espana.)

SUECIA

«O governo sueco, diz a *Presse*, acaba de alcançar na dieta do reino um triumpho, que será bem acolhido por todos os amigos da liberdade. A proposta real que tinha por fim abolir as penas (de morte e outras), decretadas contra aquelles que abandonam a religião do estado, foi votada por tres das quatro ordens da dieta, ficando assim com força de lei.»

Deve ter lugar uma entrevista entre o rei da Suecia e o da Dinamarca, quando o primeiro d'estes soberanos se achar no campo de manobras de Schonen.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO
DO
INSTITUTO D. LUIZ
NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Graus C.	Por 100	Ramos
9 m.	755,75	17,7	52,9	NNO.
3 t.	755,00	18,4	46,4	NNO.

DIA 4.

Maxima—temperatura. 20,6 C.
Minima. 12,7
de noite. 4,5
Ozone (de dia. 4,5
Chuva (umometro). 0,0 mil.
Evaporação (vapormetro). 7,8
Altura barometrica correcta.
Altitude do barometro 95,1 metros.
Temperatura á sombra.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.º sr.—Participo a v. s.ª que a 5 do corrente mez, pela uma hora da noite, as torres de signal chamaram os socorros contra o incendio, que se tinha manifestado no segundo andar do predio n.º 6 A, nas escadilhas da Porta do Mar. O fogo pegou, por descuido, em uma porção de roupa. Foi promptamente extinto.

Pelas sete horas da manhã foi levado aviso ás casas de estação das bombas pertencentes ao circulo n.º 12, de que em um armazem, sito na Cruz da Pedra, tinha havido uma explosão causada por ter pegado fogo em uma grande quantidade de polvoras. Os socorros acudiram immediatamente, mas não foram utilizados; ha porém a lamentar o ficarem muito mal feridos quatro dos empregados no armazem, que logo foram conduzidos ao hospital.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 5 de junho de 1860.—III.º sr. vereador do pelouro dos incendios.—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, *Joaquim Julio Pereira de Carvalho*.

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 4 de junho

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Joven Margarida, badeira, mestre J. M. Coelho, de Setubal em 24 horas, com vinho; 5 pessoas de tripulação.

Vasco da Gama, paquete inglez a vapor, capitão J. Ducat, de Glasgow em 7 dias e meio, com varios generos, a G. A. Hancock & C.; 14 pessoas de tripulação.

Maria Helena, brigue portuguez, capitão F. R. Setubal, da ilha do Fogo em 27 dias, com café e mais generos, á viúva de J. B. Burnay; 14 pessoas de tripulação, 1 mala, e 2 passageiros, que são: João Gomes Barbosa, proprietario; Alvaro Adolpho Adelino, estudante; portuguezes.

Viannense, hiate portuguez, mestre L. O. da Velha, de Vianna em 5 dias, e de Peniche em 4, com milho e madeira; 6 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é Luiz Oliveira da Velha, artista, portuguez.

Brioso, hiate portuguez, mestre J. de Mello Junior, de Villa Real de Santo Antonio em 6 dias, com lã e mineral; 7 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Antonio José e sua mulher, marítimo, portuguez.

Florinda, brigue portuguez, capitão J. A. de Sousa, de Pernambuco em 24 dias, com assucar, a A. M. Gonçalves; 13 pessoas de tripulação.

Duarte 4.º, barca portugueza, capitão J. J. Bazilio, do Rio de Janeiro em 65 dias, em lastro, a B. M. O. Borges & Sobrinho; 20 pessoas de tripulação, 1 mala e 19 passageiros, que são: José do Porto com 1 pessoa de familia, proprietario; Joaquim Gomes da Silva, negociante; José Soares Leite, com 1 pessoa de familia, Manuel de Benevides, Luiz Fernandes Marinho, lavradores; Manuel Gomes da Silva com 1 pessoa de familia, José Lopes Leite Guimarães, artistas; José Coelho de Andrade Santos, Francisco José, José Dias de Carvalho, Manuel José Ventura, caixeiro; Caetana Maximiana Soares; portuguezes: José Rodrigues Moderno Junior com 1 pessoa de familia, negociante; João de

Jesus Oliveira, marítimos; brasileiros: Maria Gomes, hespanhola.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Feliz Pensamento, hiate portuguez, mestre A. J. Felix, para o Porto, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Boa Fortuna, hiate portuguez, mestre J. José, para Villa Real de Santo Antonio, com barro e encomendas; 7 pessoas de tripulação.

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordronneau, para Vigo e Nantes, com varios generos; 25 pessoas de tripulação, e 71 passageiros.

Flor de Santos, badeira, mestre J. M. de Gouveia, para Setubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Eclipse, hiate portuguez, mestre J. de Araujo, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Conceição Bomfim, hiate portuguez, mestre M. J. F. da Silva, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; 6 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: Antonio José Tavares, e Antonio Maria, José Angelo Botelho, artistas; Manuel Ignacio, trabalhador; portuguezes.

Jason, paquete inglez a vapor, capitão R. Eustice, para Liverpool, com café e piassaba; 108 pessoas de tripulação, e 45 passageiros.

Dia 5

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Mathilde & Adelaide, patacho portuguez, capitão A. A. Rodrigues, da ilha de S. Miguel em 6 dias, com encomendas, a Charnica & Gonçalves; 13 pessoas de tripulação e uma mala. Entrou e deu fundo hontem ás 8 horas da noite.

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, dos portos do Algarve em 22 horas, com encomendas, á companhia união mercantil; 20 pessoas de tripulação, uma mala e 43 passageiros. Entrou hontem ás 8 horas e meia da noite.

Lusitano, palahote portuguez, capitão M. J. O. Ramos, de Genova em 32 dias, com assucar, linho e mais generos, a D. M. Peres; 10 pessoas de tripulação.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, do Porto em 14 horas, com varias fazendas, a G. A. Hancock & C.; 25 pessoas de tripulação, uma mala, e 72 passageiros.

Constante, hiate portuguez, mestre J. Henrique, da ilha de S. Miguel em 11 dias, com barro, a J. P. Bastos; 11 pessoas de tripulação e uma mala.

Senhora da Boa Viagem, cabique portuguez, mestre J. Martins, de Olhão em 5 dias, com peixe salgado; 12 pessoas de tripulação.

Agoriano, paquete portuguez a vapor, capitão A. T. Machado, das ilhas, do Fayal em 8 dias e 11 horas, de S. Jorge em 8 dias e 6 horas, da Terceira em 6 dias e 21 horas, e de S. Miguel em 5 dias e 23 horas, com diversos generos, á companhia união mercantil; 42 pessoas de tripulação, 5 malas, e 34 passageiros.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Vinte e oito de Março, hiate portuguez, mestre F. L. de Mello, para Sines, com cortiça; 7 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Manuel de Brito, João de Brito, corticeiros; portuguezes.

Vasco da Gama, hiate portuguez, mestre A. S. e Silva, para Sines, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Flor do Mar, hiate portuguez, mestre M. J. Xavier, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Osprey, chalupa ingleza. Pertence á associação denominada *royal yacht squadron*.

Pride, chalupa ingleza, capitão E. Leriman, para Londres, com batata; 6 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 5 de junho de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 1 DE JUNHO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 31 de maio

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Portuguezes, galera *Nova Subtil*, e barca *Oliveira*, ambas para o Rio de Janeiro; brigue *Rosa*, para New Castle; hiate *Dois Amigos* 2.º, para a Figueira; rasca *Moravia*, para Aveiro; brigue francez *Jeune Elvina*, para Gijon; escuna ingleza *Agatha*, para a Terra Nova.

Fôra da barra ficam o vapor de guerra portuguez *Lynee*, e o hiate *Duarte* 1.º.

O mar está bom.—O vento esteve NO., agora SO. brandos.

De Caminha, do dia 31

Saíu o galeão hespanhol *Valusa*, para Vigo.

Mar bom.—Vento SO.

De Aveiro, do dia 31

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento N.—Alguns mar na costa.

Da Figueira, do dia 31

Entradas—Inglezes, escuna *Eclipse*, de New Castle, com carvão; chalupa *St. Croix*, da Terra Nova, com bacalhau.

Saídas—Portuguezes, rasca *Senhora do Pilar*, e *Conceição Feliz*, ambas para Lisboa, com varios generos; hiate *Senhora das Neves*, para Villa do Conde, com pedra; cabique *Activo*, para Villa Real de Santo Antonio, com varios generos.

O mar está bom.—Vento variavel.

Ficam á vista um hiate e dois cabiques.

Da Ericeira, do dia 31

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

De Faro, do dia 31

Communicou o vapor portuguez *D. Luiz*, e seguiu sua viagem para Tavira e Villa Real de Santo Antonio.

Saíu o cabique portuguez, *Senhora do Livramento*, para Gibraltar com pescaria.

O mar bom.—Vento N.

De Tavira, do dia 31

Communicou o vapor portuguez, *D. Luiz*, pelas tres horas da tarde, vindo de Lisboa e mais portos de sua carreira, e seguiu seu destino para Villa Real de Santo Antonio.

Não saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento OSO. regular.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 31

Entrou o vapor portuguez, *D. Luiz*, com encomendas e passageiros.

Não saiu nem se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento N. regular.

De Villa Nova de Portimão, do dia 30

Entrou o cabique portuguez, *Senhora da Conceição*, da Figueira com varios generos.

Saíu o falcão hespanhol, *Joven Manoelito*, para Ayamonte com cortiça.

O mar bom.—Vento NO.

Do dia 31

Entrou o hiate portuguez, *Divina Providencia*, de Almeria com varios generos.

Saídas—Portuguezes, cabiques *Nova Brilhante* e *Senhora da Conceição*, ambos para Olhão, com varios generos.

As seis horas da manhã communicou n'este porto o vapor portuguez *D. Luiz*, vindo de Lisboa, desembarcou passageiros, e seguiu seu destino.

O mar bom.—Vento NO.

De Setubal, do dia 31

Entrou o vapor inglez, *D. Pedro*, de Lisboa, com fructa.

Saídas—Portuguezes, hiates, *Dourado*, para o Porto, com sal, e *Santos e Oliveira*, para Lisboa, com madeira; canoa, *Vencedora*, para Lisboa, com varios generos; galeota hollandeza, *Jacoba Catharina*, para Glasgow, com cortiça.

Vento NO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 1 de junho de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA DO CAMPO GRANDE

Conta da receita e despeza do beneficio que teve logar no theatro de S. Carlos, na noite de sabbado de Alleluia, 7 de abril de 1860, a favor d'este mesmo asylo

RECEITA			
DONATIVOS		203000	
De Sua Magestade Imperial		5700	203700
Do ill.º sr. Manuel José da Silva Araujo			
FRIAS		1323000	
Vinte e duas a 63000 réis		95000	147750
III.º e ex.º sr. Antonio Abranches Coelho		63750	
" " " Gaspar José Vianna			
CAMAROTES DE PRIMEIRA ORDEM		653000	
Dez a 63500 réis		73300	
João Luiz de Moraes Mattos		83000	
Camarote n.º 30.		63750	
Manuel José Ribeiro		93000	
Camarote n.º 32.		93000	
Thomás Maria Bessone		93000	
Camarote n.º 39.		83000	
Visconde de Porto Covo		103000	1323110
D. Anna Simões			
CAMAROTES DE SEGUNDA ORDEM		683000	
Dezete a 43000 réis		43500	
Antonio Martins da Silva		43500	
Guilherme Candido Borges de Sousa		43500	
João de Brito		43500	
José Ribeiro da Cunha		43500	
Luiz Manuel Gonçalves Vianna		43500	
Francisco José da Silva Torres		43500	
Dr. Casimiro Simão da Cunha		43500	1003000
CAMAROTES DE TERCEIRA ORDEM		503000	
Vinte a 25500 réis		43000	
João Ribeiro Franco		33000	
José Vicente de Oliveira		33000	603000
Perin			
TORRINHAS		123800	
Oito a 15600 réis		23250	
N.º 97		23250	173050
João Baptista Giamin		23250	456310
Galerias e varandas, vendidas por		823800	
69 Bilhetes da platá superior a 13200 réis		13500	
1.º do ex.º sr. José Joaquim Pereira da Silva		24550	863750
2.º do ex.º sr. Barão de Ancede			
475 Bilhetes da geral a 700 réis		3323500	
1.º do ill.º sr. Francisco Botelho da Costa		3800	
" " " Pedro Daniel Mouchet		3800	
" " " Antonio Barros		13000	
" " " José Antonio Simões		13820	
" " " Antonio José de Sousa		13820	
" " " José Gregorio Fernandes		3960	
" " " J. E. Coelho de Magalhães		3720	
" " " E. B.		13000	
" " " J. J. Joannes		13500	
" " " João de Sousa Pias		13000	
" " " Antonio José Pereira Serzedello		13000	3443200
Despeza			430350
Pago á administração do theatro pelas despezas d'esta recita		1693200	
Papell, impressão e entrega de circulares, percentagem aos cobradores, e outras despezas miudas		363574	2053774
Saldo a favor do asylo		Réis	7143786

N. B. Alem do saldo acima achá-se por cobrar a quantia de 83700 réis de dois bilhetes da platá superior, e nove da geral.

Depois do beneficio foram devolvidos tres bilhetes da geral, e não foi possivel cobrar-se a importancia de outros dois.

Lisboa, 30 de abril de 1860.—Conde das Galveias (D. Francisco), presidente—Frederico Augusto Ferreira—Francisco Paula Sant'Iago—Francisco Isidoro Vianna—Armand Duprat—João Baptista Massa.

AVISOS

PASSEIO PUBLICO

Festa de caridade em beneficio do asylo da infancia desvalida do Campo Grande

ENTRADA 100 RÉIS CADA PESSOA

Quinta-feira 7 do corrente, dia da procissão do Corpo de Deus, haverá uma brilhante funcção: tres bandas marciais tocarão durante a noite as mais variadas peças de musica.

As onze horas terá logar um fogo de artifício monstro, composto pelo artista inglez Ireland, e dirigido por madame Turnour.

N'esta noite é permitida a entrada no passeio a todas as pessoas decentes, embora vestidas de jaleca.

Os bilhetes estarão á venda desde a manhã na barraca do *diorama no passeio*, bem como na estação dos omnibus, no largo do Pelourinho.

As pessoas que entrarem no passeio depois do primeiro toque da sineta (ás sete horas) deverão apresentar á entrada os respectivos bilhetes.

Pede-se que cada um dos individuos se apresente á saída com o respectivo bilhete, por ser morosa e sujeita a equívocos a pratica de alguns chefes de familia de entregarem reunidos os bilhetes de todas as pessoas que os acompanham.

A commissão fundadora do asylo do Campo Grande confia que o publico lisboense, prompto sempre a concorrer com auxilios a bem das instituições de caridade, aproveitará ainda esta occasião de manifestar mais uma vez tão generosos e philantropicos sentimentos.

MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembléa geral convida a mesma a reunir-se na quarta-feira 20 do corrente, pelas oito horas da noite, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos.

Sala das sessões, 2 de junho de 1860.—O 2.º secretario da mesa, *Antonio Joaquim de Almeida*.

MONTE PIO UNIO

É convocada a assembléa geral para 12 do corrente, ás oito horas da tarde, com o fim de lhe ser apresentado o parecer da commissão consultiva acerca da redução de ordenados aos facultativos (proposta da commissão administrativa); assim como para se tratar da eleição de presidente da commissão administrativa.

Sala das sessões, 4 de junho de